



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE JANEIRO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta de cinco Deputados do PSD, três Deputados do PS e um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, na reunião plenária do dia 7 de janeiro de 2025.

Deu-se ainda conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 515 a 518/XVI/1.ª.

Em interpeleção à Mesa, os Deputados [André](#)

[Ventura](#) (CH) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS) usaram da palavra para mencionar um problema com *emails* dirigidos aos Deputados, assunto que pretendiam ver discutido em Conferência de Líderes.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [39/XVI/1.ª](#) (ALRAM) — Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, na sua redação atual. Usaram

da palavra os Deputados [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paula Margarido](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Sofia Canha](#) (PS), [Francisco Gomes](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Miguel Iglésias](#) (PS) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Ao abrigo do [artigo 224.º-B](#) do Regimento, procedeu-se a um debate sobre política setorial, com a participação do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte), que, após ter aberto o debate, respondeu às perguntas

formuladas pelos Deputados [Patrícia Carvalho](#), [Jorge Galveias](#) e [Marcus Santos](#) (CH), [Alexandre Poço](#) e [Paulo Cavaleiro](#) (PSD), [Mara Lagriminha Coelho](#) e [Miguel Matos](#) (PS), [Patrícia Gilvaz](#) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Joana Mortágua](#) (BE), [António Filipe](#) (PCP), [Filipa Pinto](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Deu-se conta de cinco Deputados do PSD, uma Deputada do PS e um Deputado do CH que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 28 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde. Está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas, para acesso à galeria.

Dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, para poder fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, inicialmente, quero dar conhecimento à Câmara de que, no passado dia 7 de janeiro de 2025, participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, as seguintes Sr.^{as} e os seguintes Srs. Deputados: Fátima Correia Pinto, Isabel Oneto e Ana Sofia Antunes, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Alberto Machado, Pedro Coelho, Emídio Guerreiro, Carlos Cação e Flávio Martins, do Grupo Parlamentar do PSD, bem como o Sr. Deputado Henrique Rocha de Freitas, do Grupo Parlamentar do Chega.

Quero também informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Resolução n.ºs [515/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda o desenvolvimento de esforços para a adoção de uma convenção internacional sobre os direitos das pessoas mais velhas, [516/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que garanta condições de vida dignas físicas e emocionais à população sénior, [517/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a defesa da dignidade da vida humana intrauterina, apoio às famílias e à maternidade e paternidade vulneráveis, e [518/XVI/1.^a](#) (PS) — Recomenda a implementação de um novo modelo de gestão da água — Visão Uma Só Água e execução dos planos de eficiência hídrica.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, deseja usar a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Dispõe de 1 minuto. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, gostava de usar este tempo dirigindo-me a si diretamente, devido a um facto que ocorreu nos últimos dois dias, aqui na Assembleia da República, e para o qual peço a sua intervenção, que se prende com o seguinte: como o Sr. Presidente sabe — e não sei se aconteceu consigo também, enquanto Deputado —, vários Deputados, inclusive os Deputados do Chega, mas penso que de todos os partidos da Assembleia da República, receberam *e-mails*, nos últimos dias, referentes a um tema que vamos discutir amanhã. Portanto, é de amanhã, não é de hoje, não é esse o tema que está aqui em causa.

O que está em causa é que esses *e-mails* que foram enviados desapareceram. Desapareceram das caixas de correio dos próprios Deputados, e vários dos nossos Deputados já tinham, inclusivamente, lido essas mensagens, guardado ou respondido e essas mensagens desapareceram da caixa de *e-mail*. Isto tem uma gravidade absolutamente inédita, penso eu, no espaço da Assembleia da República e no espaço da democracia.

Gostava de lhe pedir, Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Chega e do partido a que presido, se poderia o Sr. Presidente desenvolver as diligências para saber o que aconteceu nesta matéria, que acho que é muito grave e põe em causa a liberdade do acesso dos Deputados aos conteúdos, mas também a privacidade...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e o direito que temos de acesso à nossa caixa de correspondência. Pedia-lhe que fizesse essa diligência. Parece-me muito grave o que aconteceu e gostava...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves também pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É precisamente para o mesmo efeito, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, também ontem, tendo-me apercebido do desaparecimento dos *e-mails*, solicitei um esclarecimento aos serviços, que prontamente deram nota de que terá havido — não tenho detalhes ainda, a Sr.^a Secretária-Geral disponibilizou-se, obviamente, para os prestar —, designadamente, reprodução mecânica muito excessiva e intensa e que isso podia ter riscos de segurança.

Evidentemente, os serviços também já comunicaram, ao nosso Grupo Parlamentar, pelo menos — e penso que a todos —, através dos chefes de gabinete, que houve, de facto, uma intervenção por motivos de segurança.

Mas, quanto à questão de fundo — isto é, sabermos quais os procedimentos em relação aos quais pode haver risco de segurança, como é que, quando existe, as caixas de correio eletrónico são protegidas ou mesmo, genericamente, que mecanismos é que existem de interação com as caixas de correio, para que os Deputados saibam, quando necessário, para efeitos de proteção da sua cibersegurança, mas também, evidentemente, para poderem autorizar quando devido —, achamos que é pertinente que o tema possa ser visto em Conferência de Líderes.

Como dou nota, já agora, não queria deixar de fazer esta observação de que a Sr.^a Secretária-Geral prontamente, ontem, minutos depois de ter enviado um *e-mail* com essa nota, deu os esclarecimentos que ontem podia prestar e que se prendem, segundo percebi, com matérias de segurança e de gestão das redes informáticas.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Não tinha conhecimento da situação. De qualquer maneira, registo e vou fazer as diligências necessárias para a clarificação da situação. Muito obrigado.

Vamos entrar, então, no primeiro ponto da ordem de trabalhos, que consiste na apreciação da Proposta de Lei n.º 39/XVI/1.^a (ALRAM) — Procede à segunda alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, na sua redação atual.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É com enorme satisfação que a Iniciativa Liberal é o Grupo Parlamentar que faz a intervenção inicial sobre esta proposta, e já irão perceber o porquê.

Até hoje, os madeirenses, no âmbito da sua autonomia e das suas eleições regionais, tinham duas especificidades na lei eleitoral que os distinguiam do restante território nacional.

Se, por um lado, não tinham uma imposição, a dita Lei da Paridade — talvez porque dela se calhar nunca precisaram, como demonstram os dados das atuais Legislaturas —, por outro, não tinham uma liberdade, o voto antecipado em mobilidade.

E são estas as duas grandes modificações constantes desta proposta de lei. Foi este o consenso a que, finalmente, os legítimos e diretos representantes do povo madeirense chegaram, no âmbito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Permitam-nos, contudo, que destaquemos e reforçemos o «finalmente», relativo ao voto antecipado em mobilidade.

A partir da aprovação desta lei, podemos afirmar que deixarão de existir portugueses de primeira e portugueses de segunda, mas, ainda com mais certeza, podemos afirmar que agora deixa de haver

madeirenses de primeira e madeirenses de segunda. Até hoje, e infelizmente também nas prováveis eleições que virão a ser agendadas, havia madeirenses de primeira e madeirenses de segunda.

Estamos a falar de muitos, mesmo muitos, madeirenses, que trabalham e estudam no continente ou deslocados na região autónoma por várias razões, por pouco ou razoável tempo, e conseqüentemente impedidos de exercer um direito de voto em condições iguais às dos restantes cidadãos.

A aprovação desta proposta de lei significa que o acesso ao direito de voto dos portugueses será igual e uniforme em todo o território e em todos os atos eleitorais.

A exposição de motivos menciona — e bem — que os madeirenses vão poder ter, com esta proposta de lei aprovada, um sistema eleitoral mais inclusivo, mais participativo e mais ajustado às necessidades da sociedade madeirense.

Estamos plenamente de acordo com o texto introdutório e com o espírito das alterações agora propostas, mas a pergunta que não podemos deixar de fazer é: porquê só agora? Porque é que os madeirenses não puderam antes usufruir de um sistema eleitoral com as mesmas condições e os mesmos critérios dos restantes portugueses?

O voto de mobilidade antecipado é um processo seguro, transparente e acessível, com provas dadas em diversas eleições e, sem dúvida, uma vitória para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Não existia qualquer justificação para a lei eleitoral da Região Autónoma da Madeira não possibilitar o voto antecipado. Apenas o tacticismo político e a necessidade de manutenção do poder político sustentam esta demora na implementação de um direito que não é mais do que uma expressão de liberdade.

O voto antecipado em mobilidade vai permitir aos eleitores madeirenses exercerem o seu direito de voto fora do local habitual de recenseamento, demonstrando que, tal como no continente e na Região Autónoma dos Açores, na Madeira o sistema eleitoral também pode e deve adaptar-se às necessidades dos cidadãos, promovendo uma maior participação nos processos democráticos.

Tudo isto já podia, e devia, ter existido em atos eleitorais anteriores. Os madeirenses foram prejudicados durante anos e não podemos deixar passar em branco um adiamento que é contrário aos mais básicos princípios democráticos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, permitam-me ser claro e até vangloriar. Atribuir esta possibilidade aos madeirenses é uma vitória liberal. A Iniciativa Liberal vem, desde a sua criação, insistindo nesta modificação, na defesa dos madeirenses e da democracia nas regiões autónomas.

Na Madeira, como no continente — e, na verdade, pelo mundo inteiro —, a Iniciativa Liberal diz sempre «presente» na defesa dos processos democráticos.

Aqui nesta Casa, na Assembleia da República, por diversas vezes, interpelámos os partidos, em especial o PSD e o PS, para a necessidade de se rever a lei eleitoral e de consagrar o voto antecipado em mobilidade na Madeira.

Não podemos deixar de lembrar que, em junho de 2023, o PSD e o CDS-PP chumbaram, no Parlamento madeirense, esta possibilidade. Interpelámos e confrontámo-nos com a hipocrisia dos que se diziam a favor e nada faziam. Entretanto, passaram dois processos eleitorais regionais — preocupação que nos levou inclusive a solicitar uma audiência ao Sr. Presidente da República.

Fizemo-lo ainda, vezes sem conta, nas redes sociais, na comunicação social, com comunicados ou em diversos artigos de opinião, sempre com o objetivo de alertar a opinião pública e de pressionar o poder político a avançar com a consagração de um direito que só peca por tardio. Fizemo-lo nas ruas da Madeira e nos nossos programas eleitorais. E por fim, o mais importante: fizemo-lo na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, assim que nela alcançámos representação, onde apresentámos a proposta que permitiu a introdução do voto antecipado em mobilidade.

Através da Iniciativa Liberal, muitos madeirenses veem os seus direitos políticos reforçados. A força das ideias é uma marca da Iniciativa Liberal. Não abdicamos da defesa dos nossos ideais e das nossas propostas, e esta é só mais uma prova de que as ideias fazem mesmo o seu caminho.

O voto em mobilidade é uma vitória da Iniciativa Liberal, da nossa insistência e da nossa persistência,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... mas é, principalmente, uma vitória para todos os madeirenses e para todos os que acreditam que a democracia deve estar ao serviço dos cidadãos.

Este é um momento de celebração e de reafirmação dos valores democráticos que partilhamos. Vitória liberal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh, eh, vitória liberal!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... vitória dos madeirenses, vitória de Portugal.

Sr. Presidente, ainda tenho 1 minuto e, no dia de hoje, não posso deixar de falar de outro tema.

É 9 de janeiro, passam três meses após as eleições que ocorreram em Moçambique. Hoje, Venâncio Mondlane regressou a Maputo e o povo demonstrou, uma vez mais, a sua vontade de mudança, a sua vontade de verdade, democracia e liberdade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Havia quem temesse um banho de sangue. Aquilo que houve...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, Sr. Vice-Presidente, está fora da ordem de trabalhos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Tem razão, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, se tenho razão, o Sr. Vice-Presidente deve dar o exemplo, também.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Tem razão, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, fico entusiasmado com a democracia. Permita-me que termine a dizer: *Anamalala*.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra à Sr.^a Deputada Paula Margarido, do PSD, que dispõe de 10 minutos.

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos agora perante uma proposta de lei, da iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, que procede à segunda alteração da lei eleitoral para a Assembleia Legislativa.

Efetivamente, esta proposta teve por base a resolução da Assembleia Legislativa, aprovada por unanimidade — reforço, por unanimidade — na sua sessão plenária do pretérito dia 27 de novembro e da qual resultaram várias iniciativas legislativas, tendo sido em sede da Comissão Eventual para a Consolidação e Aprofundamento da Autonomia e Reforma do Sistema Político que se procedeu à elaboração do texto único do projeto de proposta de lei que foi aprovado por unanimidade e enviado para apreciação e votação em Plenário, na Assembleia da República, tendo aqui dado entrada no pretérito dia 4 de dezembro, acompanhado do pedido de tramitação urgente, em face da natureza da matéria.

E o que é que motivou a apresentação da presente alteração legislativa?

Como já disse o Sr. Deputado Rodrigo, o primeiro motivo foi a inclusão das regras da paridade, que, na Região Autónoma da Madeira, é aplicável às listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para os órgãos eletivos das autarquias locais. Mas então, as regras da paridade não se aplicam na

Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira? Não há lei, não se aplicam. Não, não é verdade, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Permitam-me que vos esclareça que, ainda que sem respaldo legal, a verdade é que, no Parlamento madeirense, as mulheres representam 36 % dos eleitos. Na Assembleia da República, representamos 34 % e, no Parlamento açoriano, as mulheres representam 33 % dos eleitos. Logo, ainda que sem o respaldo legal, a verdade é que, em termos comparativos, é o Parlamento madeirense que tem maior percentagem de Deputadas eleitas.

Mas, ainda que uma prática reiterada possa provocar a convicção de obrigatoriedade, a verdade é que urge consagrar, na Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa de Região Autónoma da Madeira, os critérios de paridade vertidos na Lei da Paridade nos Órgãos Colegiais Representativos do Poder Político.

Regressando à motivação para a apresentação da presente proposta de lei, temos ainda, nesta iniciativa legislativa, a previsão do voto antecipado em mobilidade, e o terceiro motivo consiste na disponibilização de matrizes em Braille para o exercício do direito de voto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos perante uma proposta de lei que resultou, e cito, «do esforço conjunto da Comissão Eventual para a Consolidação e Aprofundamento da Autonomia e Reforma do Sistema Político» e que tem por objetivo «assegurar um sistema eleitoral...» — como já aqui foi dito — «... mais inclusivo e ajustado às necessidades da sociedade madeirense»; digo mesmo mais ajustado à realidade de uma região que é autónoma, que é ultraperiférica. Isto ainda que alguns grupos parlamentares nesta Assembleia, mormente, o PS, o Bloco de Esquerda, o Livre e o Chega, já nesta Legislatura, tenham vilipendiado os princípios constitucionalmente consagrados de respeito pelas autonomias, ao requererem a audição na Assembleia da República de várias entidades sobre matéria que é da competência exclusiva da Região Autónoma da Madeira,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque vocês não o fazem!

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — ... numa clara violação sem precedentes dos princípios constitucionais autonómicos. A verdade é que, nesta sede, de alteração à lei eleitoral, é como nos diz o Rui Veloso, «muito mais é o que nos une do que aquilo que nos separa».

Logo, num período especialmente difícil para a Região Autónoma da Madeira, que se vê na iminência de mais um ato eleitoral — uma região que conheceu eleições no ano de 2023 e três atos eleitorais no ano de 2024 —, urge agora, a verificar-se mais um ato eleitoral, com a eventual dissolução da Assembleia Legislativa e a convocação de eleições antecipadas, tudo fazer para que as regras constantes desta iniciativa se possam aplicar ao próximo ato eleitoral, devendo entrar em vigor antes do eventual decreto de dissolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, sem prejuízo das alterações de natureza puramente técnica que deverão verificar-se em sede de baixa da iniciativa à 1.^a Comissão, para discussão na especialidade.

Para quê esta urgência? Para que um maior número de eleitores tenha a possibilidade de exercer o seu direito de voto no próximo ato eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Responde em conjunto, aos dois?

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Assim sendo, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, faça favor, dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Margarido, muito obrigado pela sua intervenção.

Em parte, à questão que lhe pretendo colocar já respondeu. De facto, perante a possibilidade real de dissolução, tendo o Sr. Presidente da República já ouvido os partidos e convocado o Conselho de Estado com a agenda de uma eventual dissolução para o dia 17, o tempo corre contra nós.

Portanto, a pergunta fundamental é a de saber se há disponibilidade para, em 1.ª Comissão, tramitar este tema com urgência, porque, nos termos da Constituição, a matéria tem de estar não apenas publicada, mas em vigor, no momento em que o Presidente da República a dissolve.

Da parte do Partido Socialista, obviamente, essa disponibilidade existe, mas queríamos sublinhar precisamente que alterar leis eleitorais em ano de eleições, ou em momento de eleição, não é um bom princípio.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Mas há uma circunstância que se coloca em cima da mesa e que, de facto, é merecedora de reparo.

É que a Sr.ª Deputada faz uma intervenção, e parece que na Madeira se vive uma situação fantástica a nível de paridade, mas a Sr.ª Deputada reporta-se às últimas eleições. Se formos ver todos os atos eleitorais desde 2008, desde que está em vigor a Lei da Paridade, os resultados não são tão animadores quanto isso.

Portanto, precisamos mesmo de lei em vigor. E a razão pela qual faço esta pergunta é porque, em situações normais, provavelmente diríamos que não, não se faz uma alteração na iminência do ato eleitoral, mas em situações urgentes — como foi na pandemia, ou como esta, em que tarda em resolver um problema —, obviamente, teremos essa disponibilidade. Mas, se calhar, o PSD teria feito um melhor serviço à República e à Região Autónoma da Madeira se já tivesse aprovado as várias iniciativas que chumbou, ao longo de décadas, para melhorar a lei eleitoral nestes três temas, em que o Partido Socialista foi pioneiro: voto antecipado em mobilidade, matrizes em Braille e paridade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rodrigo Taxa, do Chega, faça favor, dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Paula Margarido, quanto ao conteúdo técnico-jurídico desta lei, creio que não merece que nos debrucemos muito sobre ela, na medida em que estamos apenas, e bem, a respaldar aquele que foi o entendimento — aliás, por si mencionado como unânime — dos madeirenses.

Mas, Sr.ª Deputada, com o apreço pessoal que sei que sabe que tenho por si, devo-lhe dizer que nos parece, a todos, que o problema da Madeira, neste momento, não é tanto o conteúdo da lei eleitoral, mas sim quem se vai candidatar nas próximas eleições.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Aplausos do CH.

Nessa medida, Sr.ª Deputada, mais parece que a preocupação do PSD é tapar a realidade com pequenos pormenores. E, por isso, há uma dúvida que me tem assolado nos últimos dias e que gostava de ver esclarecida pela sua bancada — porque, sim, também não tenho problemas em dizer que considero que a sua bancada tem pessoas sérias.

De facto, a Madeira parece-nos uma realidade um pouco alternativa, e o Partido Social Democrata teima em não se assumir contra essa mesma realidade. Por que motivo o Partido Social Democrata não se afasta, de uma vez por todas, de Miguel Albuquerque?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Quem manda são os madeirenses!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Qual é a razão pela qual se mantêm presos a uma realidade?

Protestos de Deputados do PSD.

Eu sei que custa, mas têm de ouvir, para ver se aprendem qualquer coisa. Srs. Deputados...

Protestos de Deputados do PSD.

Sr. Presidente, é por isso que eu não faço apartes nesta Casa, para não interromper os meus colegas, mas pedia que reunisse as condições para eu poder continuar.

Protestos de Deputados do PSD.

Vozes do CH: — Chiu!

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Srs. Deputados, retomando, pergunto-vos muito claramente: por que motivo, de uma vez por todas, não se afastam de Miguel Albuquerque?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Ganhou as eleições todas!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Na Madeira mandam os madeirenses!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Vou-vos dar um exemplo caricato: imaginemos que o líder da vossa bancada parlamentar se tinha deslocado à Madeira,...

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

... por indicação do Sr. Primeiro-Ministro, para tentar demover Miguel Albuquerque de se candidatar, e se tinha visto obrigado a sair da Madeira, perdoem-me a expressão, com o rabinho entre as pernas, porque nem essa autoridade conseguem ter sobre Miguel Albuquerque.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

O que vos pergunto é: para onde, afinal, caminham a ética e a integridade do Partido Social Democrata?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada Paula Margarido, tem a palavra para responder, dispondo de 3 minutos.

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Em primeiro lugar, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, o que está para trás está para trás. De facto, o argumento histórico e da tradição é válido, mas o que interessa é que, de facto, a paridade tem sido cumprida.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, parece-me a mim que, em pleno ano de eleições autárquicas, vamos agora também alterar a lei das freguesias.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Com o vosso acordo!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não é uma lei eleitoral!

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Pronto, não é lei eleitoral, mas também é uma lei que vai ser alterada em ano de eleições autárquicas. Esse aspeto é muito, muito importante.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não é uma semana antes!

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — E, a bem da verdade e da justiça, digamos que estamos a falar de alterações cirúrgicas que são muito importantes, sobre paridade e voto antecipado em mobilidade. Portanto, não existe qualquer impedimento legal e de direito material à alteração da lei.

Quanto à colaboração do PSD para que a tramitação seja feita com a maior celeridade, já manifestámos essa total disponibilidade no seio da 1.^a Comissão, e com certeza que elaboraremos uma proposta relativamente às alterações técnicas, que são somente de pura técnica, para que, em tempo útil, consigamos ter esta lei em vigor, num momento que seja anterior ao decreto de dissolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, se ele existir.

Sr. Deputado Rodrigo Chada...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Taxa!

Risos.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — A piada faz-se sozinha!

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Taxa, perdão! Olhe, é só para, quando me chamam Paula Margarida, eu também poder ter aqui o meu momento de alteração de nome, sendo certo que não vou querer ser sua madrinha, garantidamente.

Sr. Deputado Rodrigo, é assim: por mais estima e consideração que tenha por mim, a questão política aqui é efetivamente aquela que tem valor. Na Madeira, como já aqui foi dito, mandam os madeirenses. E o PSD nacional é o PSD nacional, o PSD regional é o PSD regional.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Existe algum impedimento legal relativamente à candidatura do Dr. Miguel Albuquerque para presidente do Governo Regional? Existe algum impedimento? Não existe! Não existe.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só arguido por corrupção!

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Agora, o Chega na Madeira parece que atua segundo as diretrizes do Chega nacional.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, ora! Marioneta!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só temos um!

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Portanto, não vamos confundir os papéis, porque, efetivamente, o que nos chegou ao conhecimento é que o líder regional não queria a moção de censura, e o líder nacional assim o exigiu.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — No Chega há quem mande!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ao menos assumam!

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, Sr. Deputado Pedro Pinto, Sr. Deputado André Ventura, temos de continuar com os nossos trabalhos. Muito obrigado.

Sr.^a Deputada Sofia Canha, tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 8 minutos e 32 segundos.

A Sr.^a **Sofia Canha** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas: A participação das mulheres na esfera política não é resultado do curso natural da vida ou obra do acaso. Foi fruto do trabalho persistente e firme de forças progressistas no nosso País, de mulheres e homens que lutaram no passado, continuam a lutar no presente e não deixarão de pugnar pela justiça, pela liberdade e pela igualdade no futuro.

Na Madeira, o cumprimento do artigo 109.^o da Constituição, que versa sobre a participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política enquanto condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, vem com 18 anos de atraso em relação à aprovação da Lei da Paridade, e com 9 anos de atraso em relação à Região Autónoma dos Açores, que introduziu, em 2015, um aditamento à lei orgânica, o que constitui a oitava alteração à lei eleitoral daquela região.

Na Madeira, o líder da bancada social-democrata na Assembleia Legislativa justificou a introdução tardia desta alteração pelo facto de esta ser a segunda alteração da lei eleitoral, o que revela que é uma lei que tem um carácter de importância tal, que também só foi possível rever uma vez. Aqui se percebe que a lei era mais importante e sagrada do que a participação das mulheres na política.

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Sofia Canha** (PS): — Outro argumento dessa bancada para a recusa sistemática da paridade na Madeira era que as mulheres tinham participação nas listas eleitorais do PSD por mérito, não sendo necessário decretar. Mas depois verificava-se que a primeira mulher surgia em 6.^o lugar, e as mulheres em maior número como suplentes.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Oh!... Malandros!...

A Sr.^a **Sofia Canha** (PS): — Não obstante, e apesar de todas as diferenças que nos separam,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

A Sr.^a **Sofia Canha** (PS): — ... não podemos deixar de nos congratular com a introdução da paridade nas listas eleitorais na lei orgânica regional, o que representa um robustecimento da nossa democracia, ao permitir que uma lei fundamental espelhe o universo de homens e mulheres da sociedade madeirense e garanta a representação mais equilibrada entre géneros e uma maior participação de mulheres na vida pública.

Quando o Parlamento legisla sobre a participação política das mulheres está a contribuir para a promoção do direito à igualdade, e assim a tornar a sociedade mais justa e fraterna. É porque, ao assumir esse desígnio,

está a dar um sinal claro a toda a sociedade de que a região, ou o País, conta com o seu todo e não com uma parte,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quem manda na Madeira é o Dr. Ventura!

A Sr.^a **Sofia Canha** (PS): — ... de que o progresso e o desenvolvimento social acontecem porque ninguém fica excluído por razão do seu sexo, de que a carga cultural que trazemos não é uma fatalidade.

Este é, de facto, um dia feliz para as mulheres das minhas ilhas, a Madeira e o Porto Santo,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já o Montenegro não manda nada!

A Sr.^a **Sofia Canha** (PS): — ... mas também é um momento de satisfação para a generalidade dos eleitores em ilhéus, que passarão a ter a possibilidade do voto antecipado em mobilidade, o que amplia as possibilidades de participação eleitoral, ao facilitar o exercício de um direito fundamental.

Este era um passo fundamental para combater a pouca participação eleitoral e envolver os jovens nos atos eletivos, na vida democrática da região.

Vemos, assim, que é possível obter resultados benéficos quando a responsabilidade política prevalece e uma maioria parlamentar não impõe a sua visão. A maturidade democrática verificou-se na aprovação deste diploma, que resultou de um esforço conjunto da Comissão Eventual para a Consolidação e Aprofundamento da Autonomia e Reforma do Sistema Político. Mas, para que a democracia se cumpra na Madeira, falta alternância no poder.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega, tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 6 minutos e 28 segundos.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Pouco a dizer e nada a apontar a uma proposta que nos chega com o selo de unanimidade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. A mesma merece o nosso apoio.

Mas não somos cegos, nem mudos, nem surdos, nem tolos. Sabemos muito bem — muito bem! — que não era esta a proposta que o Governo regional da Madeira e a minoria parlamentar que ainda o sustenta queriam que esta Casa votasse. O que o PSD queria que esta Casa votasse era uma proposta vergonhosa, medíocre, baixa, fraudulenta,...

Aplausos do CH.

... uma proposta que considerava como madeirenses apenas os residentes na Madeira e no estrangeiro, deixando de fora dezenas de milhares que vivem no continente, tantos deles jovens estudantes e, coincidência das coincidências, eleitores do Chega!

Aplausos do CH.

Uma proposta que era um ardil, uma jogada, um golpe de bastidores que matava a representatividade parlamentar. Uma proposta de um Governo que voltou as costas ao povo e que sobrevive do controlo descarado que faz de empresas que salivam sobre a manjedoura do orçamento regional.

Uma proposta — vergonha das vergonhas! — que permitia ao PSD, com apenas 36 % dos votos, ter maioria parlamentar absoluta e conseguir, na secretaria, o que nunca — mas nunca! — os madeirenses lhe vão dar nas urnas.

Aplausos do CH.

Srs. Deputados do PSD, nem Maduro teria coragem de fazer tanto, mas não é brincadeira e não é piada, é mesmo falta de vergonha na cara, pá!

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas que fique claro: nunca — mas nunca mesmo! — vai esta Casa assinar golpadas de regimes alapados ao poder e com medo do povo, porque roubaram o que não é seu.

Não contam connosco, repito, não contam connosco!

Mas este desespero não nos surpreende — e ainda perguntam porque é que querem eleições! —, afinal, estamos a falar de um Governo de uma terra onde quase 30 % vivem na pobreza, mas onde vivem seis, repito, seis dos políticos mais ricos do País, e não é do trabalho que lhes vem a fortuna. É um Governo que não usa o diferencial fiscal porque diz que lhe custa 190 milhões de euros, mas que dá 190 milhões de euros em borlas fiscais aos amigos de sempre — AFA, Pestana, Berardo! Um Governo que, só no Funchal, pôs quase 100 — 100! — a dormir nas ruas.

Aplausos do CH.

Um Governo que foi colocado ao serviço daquilo que mais interessa a quem o lidera: enriquecer a si, aos amigos, aos alapados do regime. Um Governo no qual o presidente, quatro secretários, um ex-secretário, o secretário-geral do partido e o presidente da associação de municípios são todos, todos, todos arguidos por corrupção — e depois perguntam porque é que querem eleições!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Um Governo que tresanda arrogância, transpira amiguismo, respira compadrio, destila soberba e vive da miséria do povo, do povo que traiu. Haja vergonha, Srs. Deputados!

E é contra, é contra — que fique claro a quem lá está e que fique claro a quem os apoia — que vamos! É contra quem quer nivelar tudo por baixo; contra quem quer valorizar a incompetência; contra quem quer calar a mudança; contra quem quer controlar, impor, ditar, mentir, manipular! É contra quem quer que os madeirenses estejam conformados, vedados, submissos, servis! Nós vamos contra!

E é contra que lutaremos, é contra que ganharemos e é contra que seremos mudança, não com bandejas de prata, não com entendidos, não com iluminados.

O tempo do politicamente correto acabou e é contra que vamos, pelos madeirenses. Mas não é pelos madeirenses das borlas fiscais, nem dos esquemas, nem das obras por encomenda. Não é pelos madeirenses dos compadrios, nem dos amiguismos, nem da corrupção.

Nós vamos pelos madeirenses anónimos: os madeirenses anónimos que dormem nas ruas, os madeirenses anónimos da velha e da nova pobreza, os madeirenses anónimos de uma classe média que vocês esvaziaram, os madeirenses anónimos da miséria escondida, os madeirenses anónimos que emigram para poder viver, os madeirenses anónimos que vivem com pensões deploráveis, os madeirenses anónimos que são obrigados a pagar os vícios de quem não larga a cadeira do poder, os madeirenses anónimos que todos os dias, com o seu trabalho, com o seu suor, com os seus sacrifícios, com a sua honestidade,...

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

... mostram que valem muito mais, que são muito mais do que aqueles que, em bicos de pés, nos corredores dos esquemas, nas festas da elite, à custa da Madeira, querem viver.

E é por eles, e porque acreditamos neles, que vos digo, em nome de um partido que já não consegue parar: vamos fazer melhor, vamos escolher melhor, vamos decidir melhor. Vamos andar o que for preciso

andar, vamos trepar o que for preciso trepar, vamos correr o que for preciso correr, vamos construir o que for preciso construir, vamos rasgar o que for preciso rasgar.

Vamos limpar a Madeira, custe o que custar!

Aplausos do CH.

Vamos limpar a Madeira, doa a quem doer. Vamos limpar a Madeira e só paramos — só paramos! — na 4.^a República!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Uma nota apenas: nas galerias, os cidadãos não podem manifestar-se de qualquer forma — nem levantar-se, nem aplaudir — porque não fazem parte do Plenário. Está bem?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queria o PSD!

A Sr.^a **Paula Margarido** (PSD): — Nós temos os madeirenses!

O Sr. **Presidente**: — Ouvimos esta intervenção que teve o seu tom acalorado, com todos os Srs. Deputados a ouvirem também — todos! Não houve apartes, não houve reações, e ouviu-se, como é democraticamente aceitável e é assim que deve ser.

E agora o Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra, presumo, para a defesa da honra da bancada?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então será para quê?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — É sobre a condução dos trabalhos?

Então, faça favor, dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, acabámos de assistir a uma intervenção que não sei, sinceramente, se foi porque se enganou no discurso ou no papel que trazia para ler, mas o Sr. Deputado falou de tudo menos daquilo que estava aqui em causa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é uma intervenção!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas mais do que isso, Sr. Presidente, é mesmo sobre a condução dos trabalhos, porque, apesar de ter falado de uma proposta que ninguém conhece, o Sr. Deputado se dirigiu aos Deputados desta bancada com uma terminologia que considero de absoluta falta de educação...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tu não és o Presidente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ..., sobretudo, usando a expressão «pá» — «pá!»!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem aí mandas!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu não sei o que é «pá».

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Eu só conheço a pá de escavar na areia.

Aplausos do PSD.

Portanto, Sr. Presidente, queria perguntar, por seu intermédio, evidentemente, porque esta interpelação é sobre a condução dos trabalhos, se, quando o Sr. Deputado se dirigia a esta bancada e falava na elite madeirense, estava a referir-se ao curso pago pela Fundação Social Democrata ao Sr. Deputado, nos tempos em que ele militava no PSD?

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, foi uma interpelação à Mesa *cum grano salis*, um *grano salis* muito grande.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Apelo — seja ao Sr. Deputado Hugo Soares, seja a qualquer outro Deputado — a que, na lealdade parlamentar que todos queremos, se usem as figuras regimentais para a verdadeira finalidade das mesmas.

Se assim não for, torna-se muito difícil fazer a gestão dos trabalhos porque tenho de ouvir o que vão dizendo, pois não é *a priori* que sei qual é o conteúdo de cada uma das intervenções. Por isso, apelava não só à capacidade de respeitar o Regimento, que muito apreciaria, como também a ouvirmos, em silêncio, cada uma das intervenções, o que está a ser exemplar hoje. Por isso, agradeço que essa situação continue durante todo o nosso dia de hoje. Fica este reparo.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta de lei que hoje discutimos, da iniciativa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, como já foi dito, é simples e fácil de compreender. Estão em causa duas alterações que têm a ver com o processo eleitoral: uma relativamente às listas e outra relativamente ao exercício do voto.

Relativamente ao exercício do voto, o voto em mobilidade faz todo o sentido e convém dizer que já vigorou na Região Autónoma da Madeira para outras eleições e, portanto, faz todo o sentido que se estenda também à eleição para a própria Assembleia Legislativa. Tratando-se, ainda por cima, de uma região autónoma que tem duas ilhas, é importante que o voto em mobilidade possa vigorar, para que madeirenses e porto-santenses possam exercer uma participação cívica e eleitoral maior do que aquilo que é costume. Ainda mais — e deve dizer-se, também — numa região que está a ser chamada a votar todos os anos para a Assembleia Legislativa regional, o que, obviamente, também introduz um fator de maior preocupação relativamente à participação eleitoral e à abstenção.

Quanto ao segundo ponto, da igualdade entre sexos nas listas eleitorais, o CDS está especialmente à vontade. Neste momento, 50 % da bancada do CDS é de um sexo, 50 % é do outro, tendo estes Deputados sido eleitos em listas próprias.

Risos do BE e do PCP.

Aproveito agora para fazer a ressalva aos Srs. Deputados...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Já podia ter dito!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... que tantas vezes perguntam sobre as listas próprias: os Deputados da Região Autónoma da Madeira foram eleitos em listas próprias, em eleições posteriores às eleições para a Assembleia da República.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Não era preciso esconder!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Relativamente à situação política da Madeira, e não querendo fazer aqui uma antecipação do discurso de pré-campanha, é importante dar aos madeirenses e aos porto-santenses uma palavra de estabilidade, que foi aquela que o CDS deu na região.

Não faz sentido haver crise política atrás de crise política sem que isso produza qualquer alteração na vida dos madeirenses e dos porto-santenses que não seja aquela que decorre do atrasar de processos de decisão, do atrasar de processos de reforma que estão em curso e que são importantes para as suas vidas.

As escolhas que os madeirenses e os porto-santenses fizerem devem ser respeitadas sempre, em qualquer eleição. Não há, até ao momento — e os processos em tribunal são, todos eles, obviamente, respeitáveis, dentro da independência dos tribunais —, nenhuma entorse ao processo democrático.

E, portanto, o que dizemos é que da parte do CDS participaremos neste ato eleitoral como participámos nos anteriores, com a certeza de uma coisa: o que nos deve nortear, mais do que qualquer vitória eleitoral, é a vida dos madeirenses e dos porto-santenses, que está a ser prejudicada...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... por esta situação de crise constante e que, obviamente, deve ser estabilizada. A Madeira merece um Governo que possa governar durante uma Legislatura e que a situação económica, que é mais favorável do que a generalidade do País, possa transferir-se para a sua vida do dia a dia...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... e que seja real. Isso é o que os madeirenses e os porto-santenses merecem.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Filipe, do PCP, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós não vamos transferir para aqui o debate político sobre a situação na Região Autónoma da Madeira, que terá lá a sua sede própria, mas vamos cingir-nos à discussão da proposta de lei aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, de alteração à respetiva lei eleitoral, que incide sobre três pontos concretos e que, no fundo, não traduzem nenhuma originalidade.

Trata-se de uma transposição, podemos dizer assim, também para a Lei Eleitoral da Região Autónoma da Madeira de institutos que vigoram nas leis eleitorais para a Assembleia da República e para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

São princípios que já se tornaram princípios gerais de nossa legislação eleitoral, mas que não são aplicáveis na Madeira, na medida em que, como sabemos, temos leis eleitorais autónomas para ambas as Assembleias Legislativas regionais e há um poder de iniciativa da região relativamente à respetiva lei eleitoral. Portanto, só com base numa proposta vinda da Assembleia Legislativa regional é que essa adaptação se pode fazer e é isso que, efetivamente, temos aqui para debater.

Convém referir que, da nossa parte, importa considerar a possibilidade de haver eleições antecipadas na Região Autónoma da Madeira, e já que esta iniciativa está em discussão na generalidade, haverá, obviamente, vantagem em que o processo legislativo se possa concluir com a celeridade necessária para que, a

confirmar-se a convocação de eleições antecipadas para a Assembleia Legislativa regional, as alterações a serem efetuadas possam já vigorar no próximo ato eleitoral.

Da nossa parte, existe disponibilidade para isso. Aliás, o que há para verificar são alguns aspetos pontuais da proposta de lei que, do nosso ponto de vista, carecem de alguma alteração.

Há um aspeto que importa referir, que é o seguinte: relativamente ao voto antecipado em mobilidade, a proposta da região não contempla o voto em mobilidade não antecipado, que existe nas eleições em que há um círculo único. Como sabemos, nas últimas eleições para o Parlamento Europeu foi possível o voto em mobilidade não antecipado porque há um círculo único, mas na Madeira também há.

A Assembleia Legislativa poderia ter seguido esse caminho e, além de propor o voto antecipado em mobilidade, ter proposto também o voto em mobilidade mesmo que não antecipado.

Não foi por aí e respeitamos isso. Obviamente, é uma opção legítima por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. O que haverá será o voto antecipado em mobilidade nos mesmos termos em que já está previsto para as eleições da Assembleia da República, para o Presidente da República e para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e nós não objetamos.

Haverá, portanto, disponibilidade da nossa parte para apreciar na especialidade, com a celeridade necessária, os vários aspetos da proposta aqui em consideração.

Relativamente àquilo que ouvi há pouco do Sr. Deputado João Gomes, quis-me parecer...

Vozes do CH: — Francisco!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Francisco Gomes, peço desculpa.

Fiquei com a ideia de que o Sr. Deputado estava a considerar que, na proposta de lei apresentada, os cidadãos naturais da Madeira, mas não residentes na Madeira seriam privados do direito de voto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ficaram no limbo!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Não foi isso que eu disse!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bom, então percebi mal a sua intervenção, porque, de facto, são os cidadãos recenseados e residentes na Madeira que têm o direito de voto, ainda que estejam deslocados — não deixam de ser residentes. Fiquei com a sensação de que havia um equívoco da sua parte na intervenção que ali fez, mas se não houve, ainda bem.

Portanto, fica a disponibilidade, da parte do PCP, para...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Apresenta-nos a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira uma proposta de alteração à sua lei eleitoral que caracteriza como um marco relevante no caminho da modernização e do reforço democrático da região e que pretende assegurar um sistema eleitoral mais inclusivo, mais participativo e ajustado às necessidades da sociedade madeirense.

À partida, concordamos com as intervenções que já foram feitas, mas não nos parece que seja positivo aprovarmos alterações a leis eleitorais à beira de atos eleitorais, e todos sabemos que estamos à beira de um ato eleitoral na Região Autónoma da Madeira.

Também é verdade que, nos últimos tempos, os atos eleitorais na Região Autónoma da Madeira se têm multiplicado e por isso não ignoramos a relevância das alterações que vêm aqui propostas e a sua importância.

Desde logo, introduzem-se regras de paridade, que nos parecem de evidente importância e que vêm já atrasadas em relação a uma matéria que na lei eleitoral para a Assembleia da República já consta desde 2006. Parece-nos, aliás, que já está mais do que consensualizada na sociedade portuguesa a importância de, através destes mecanismos, se garantir maior representatividade de género.

Até aqui, na Assembleia da República, estamos muito longe de conseguir atingir este objetivo, mesmo com regras nas leis eleitorais que o preveem. Mas, enfim, todos os passos nesse caminho serão importantes.

Também a possibilidade do voto antecipado em mobilidade é da maior importância, principalmente quando estamos a falar de uma região que é um arquipélago, com bastantes cidadãos que estão deslocados no continente e que não se conseguirão deslocar tão facilmente para participar no ato eleitoral. Não menos importante é a possibilidade de os eleitores com deficiência visual poderem requerer uma matriz em braile que lhes permita exercer o seu direito de voto em segredo e com toda a sua autonomia.

Por isso, e também porque não ignoramos que estas alterações foram aprovadas por unanimidade pelos partidos representados na Assembleia Legislativa da Madeira e porque reconhecemos a importância destas alterações para reforçar a participação democrática, não só no ato eleitoral que se avizinha, mas em todos os atos eleitorais futuros na Região Autónoma da Madeira, votaremos favoravelmente esta proposta de lei.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 1 minuto.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: A proposta que aqui discutimos resulta de um amplo consenso a nível da Assembleia Regional da Madeira, o que é importante tendo em conta que não podemos, num dia, dizer que defendemos a participação cidadã nos diferentes atos eleitorais e, no outro, não traduzir essas palavras em medidas concretas que a facilitem, em particular a dos madeirenses e dos porto-santenses.

São trazidas também duas alterações muito importantes. Por um lado, em matéria da igualdade de género, da paridade, sabemos que a Região Autónoma da Madeira persiste numa lacuna — e o PAN fala com a propriedade de ter tido uma candidata, um rosto feminino nestas eleições —, e é preciso que se materialize, independentemente de ser ou não dos partidos, essa prática.

Por outro lado, há também uma garantia de inclusão. Não nos podemos esquecer que incluir nos boletins uma opção e uma matriz em braile para os eleitores portadores de deficiência visual é, de facto, um passo muito importante para que, na Região Autónoma da Madeira, possa haver mais inclusão. Isto a par, depois, da maior alteração de fundo, que é o voto em mobilidade.

Isto vem garantir uma maior participação, mas não podemos deixar de apelar a uma maior estabilidade política na Madeira, porque estamos a falar de três atos eleitorais num espaço de tempo muito curto.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, quero dar a conhecer à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos 32 alunos e professores do Colégio do Ave, de Guimarães.

Aplausos gerais.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra para uma intervenção. Tem 5 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais valia ser 5 minutos de intervalo!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: Esta alteração à lei eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira é oportuna, apesar do seu atraso.

Queremos, por esta ocasião, recordar que, há 19 anos, esta mesma Câmara introduziu a lei da paridade nas eleições para a Assembleia da República, marcando com isso um passo para a modernidade e um compromisso do Parlamento para com a igualdade.

Sucessivas maiorias e processos dilatatórios da direita na Região Autónoma da Madeira fizeram com que a longa luta pela liberdade e pela igualdade das mulheres da Madeira demorasse a chegar à sua lei eleitoral.

Portanto, a lei que hoje discutimos e que votaremos esta sexta-feira é também uma homenagem a todas as mulheres que, na Região Autónoma da Madeira, nunca desistiram do estatuto de igualdade, de ver reconhecida a igualdade na lei, ou seja, que as eleições para o Parlamento da Madeira seguissem as mesmas regras da Assembleia da República, do Parlamento Europeu e que se garantisse que a paridade fosse também consagrada na Região Autónoma da Madeira, como já o é na Região Autónoma dos Açores.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Portanto, é uma homenagem às bordadeiras, às escritoras, às bordadeiras que se fizeram escritoras e às bordadeiras e escritoras que, no Parlamento regional da Madeira, nunca desistiram de garantir que, na Madeira, as mulheres têm a mesma dignidade na lei que têm na Região Autónoma dos Açores e na República.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Por outro lado, será também um marco importante que convém não desvalorizar, porque vemos como uma vitória de todas as mulheres que nunca desistiram de lutar pela liberdade termos uma lei que vai consagrar a paridade e que tem todas as condições para ser aprovada por unanimidade.

Essa é uma razão de força do feminismo e da igualdade porque, durante anos, ouvimos as coisas mais absurdas nesta Câmara no que diz respeito à paridade, como, por exemplo, que isso desvalorizaria o mérito. Nós bem sabemos que não falta aí homem incompetente para mostrar,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Olha, tu próprio!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): —... que não foi pela ausência de leis da paridade que não se promoveu a incompetência masculina, muito pelo contrário.

É também esse salto civilizacional, esse reconhecimento, que se dá: a paridade na Madeira passa a ter força de lei e isso é uma grande vitória para quem luta pela igualdade, pela liberdade e, sobretudo, uma grande vitória das mulheres da Madeira.

Num segundo ponto, é também uma lei que torna o acesso ao voto mais inclusivo e participativo. Por um lado, para as pessoas com deficiência visual que, também na Madeira, tinham mais dificuldade em exercer o direito de voto. Esta é uma lei que reforça a autonomia das pessoas com deficiência visual. Por outro, é uma lei que facilita o ato do voto, alargando às eleições para o Parlamento da Madeira a garantia de que se pode votar de forma antecipada e em mobilidade.

No que depender do Bloco de Esquerda, estas alterações legislativas têm sentido de urgência. Isto para ver se as eleições na Madeira deixam de estar dentro do radar das notas negativas das Nações Unidas e se o próximo ato eleitoral decorrerá já com as regras que hoje discutimos, uma vez que estamos a falar de uma proposta de lei que foi aprovada no Parlamento da Madeira em novembro.

Aplausos do BE.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Estava a ver que não!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Iglésias, do Partido Socialista. Tem 4 minutos e 45 segundos.

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A situação de instabilidade política que se vive na Região Autónoma da Madeira tem apenas um responsável, o PSD.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É o PS!

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Iremos ter a terceira eleição para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira no espaço de ano e meio porque o PSD não teve e não tem condições de continuar a governar a região.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — O PS também não tem!

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Em fevereiro de 2024, Miguel Albuquerque pediu a demissão de Presidente do Governo regional, uma semana depois de ser constituído arguido...

Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.

... numa investigação que envolve crimes de corrupção. A Assembleia Legislativa da Madeira foi, então, dissolvida pelo Presidente da República.

Depois das eleições de 26 de maio, o PS-Madeira votou contra a moção de confiança apresentada pelo PSD e votou contra o seu orçamento regional.

Afirmámos, por diversas vezes, que Miguel Albuquerque não tinha condições de estabilidade política e parlamentar para governar.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — O PS é que não tem!

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Dito e feito. No passado mês de dezembro foi aprovada uma moção de censura, fazendo cair novamente o Governo regional.

Aguardamos, neste momento, pela decisão do Sr. Presidente da República em relação à marcação de novas eleições e esperamos que esta alteração à lei eleitoral da Madeira seja aprovada e entre em vigor a tempo das mesmas.

Já enunciámos aqui as boas razões para a sua aprovação, mas devemos também dizer que só foi possível estarmos hoje a discutir alterações à paridade nas listas de voto e ao voto em mobilidade em particular porque o PSD deixou de ter maioria na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Estas são matérias que durante anos se negaram a alterar e a fazer e foi sempre uma bandeira do PS-Madeira que, mesmo não tendo plasmado na lei eleitoral regional a questão da paridade tal como nos termos da lei nacional, sempre fez questão de apresentar listas cumprindo com a paridade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual PS? O do Cafôfo ou o do Carlos Pereira?

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vivemos uma situação de instabilidade política da responsabilidade do PSD-Madeira, com um Governo onde metade dos seus membros foram constituídos arguidos em processos envolvendo suspeitas de corrupção devido a atos e problemas da sua governação.

E vivemos, infelizmente, uma situação de desigualdades e problemas sociais graves, com a continuação da emigração, a falta de oportunidades, a ausência de criação de emprego qualificado, o contínuo empobrecimento, com milhares de famílias sem habitação digna e listas de espera na saúde intermináveis. Aquele é um Governo que, inclusivamente, deixa faltar medicamentos essenciais a um hospital.

Estamos há quase 50 anos a ser governados pelo mesmo partido, que tomou conta da administração regional como se os funcionários públicos fossem militantes do partido;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS faz o mesmo!

O Sr. **Miguel Iglésias** (PS): — ... que gere a economia em função dos interesses empresariais que o suportam; que trata a população com desdém e ameaça famílias com o seu emprego ou apoios sociais, não

permitindo a livre participação de quem não alinha com o poder e o regime instalado; que cria dependências sociais e económicas; que oprime e humilha.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a democracia respira muito mal na Madeira. É preciso uma mudança política definitiva se queremos verdadeiramente transformar a Madeira numa região mais próspera, com menos desigualdades e onde os jovens sintam que têm futuro.

Como é possível sermos uma região com um PIB (produto interno bruto) *per capita* superior à média nacional, mas com a taxa de pobreza mais alta do País?

As desigualdades de rendimentos dos madeirenses são gritantes. As condições de vida para milhares de famílias que não têm um teto digno sob o qual viver são vergonhosas.

O dinheiro manda no Governo regional, mas a população, as pessoas que vivem do seu trabalho, não vê as suas condições de vida a melhorar, não vê os seus salários a aumentar, não vê os seus filhos e netos com oportunidades, não vê qualquer melhoria no tecido económico da região para além do crescimento do betão.

Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.

O PSD governa para o mesmo de sempre, precisamente o betão, e não saímos deste modelo redutor, retrógrado, sem futuro sustentável. Colocamos, inclusivamente, em risco o melhor da região, o seu património natural.

Não têm nada de novo a oferecer, não têm uma estratégia de futuro, não têm um desígnio. Querem o poder pelo poder, mas em democracia há sempre alternativas, há sempre soluções, e, nas próximas eleições, certamente os madeirenses e porto-santenses as escolherão.

Protestos de Deputados do PSD.

Inspirados pelo centenário do nascimento de Mário Soares, nunca deixaremos de acreditar que só é vencido quem desiste de lutar. A Madeira vai e tem de mudar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, dispõe de 2 minutos e 45 segundos para responder.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e, já agora, Srs. Membros do Governo, apesar de não estarem a participar no debate, também os cumprimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não há Deputados da Madeira?! Pensei que havia mais! Afinal não...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Estamos já no rescaldo deste debate, e deixem-me destacar alguns elementos essenciais que esta lei nos traz: a questão da composição das listas, com a introdução da paridade, o voto em mobilidade e as matrizes em braile. O que estamos a fazer é a robustecer a democracia na Região Autónoma da Madeira, com a colaboração de todos os partidos na Região Autónoma da Madeira,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É pena estar lá o Albuquerque!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... uma vez que a decisão que hoje estamos a debater foi tomada de forma unânime.

Agora, deixem-me destacar, relativamente a algumas das intervenções que ouvimos, alguns detalhes. A Iniciativa Liberal perguntou: «Porquê só agora o voto em mobilidade? Andámos a afastar outras pessoas em atos eleitorais anteriores.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É bom para comentador! Tem de ser contratado!...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Srs. Deputados, como sabem, o voto em mobilidade foi introduzido nas eleições europeias de 2019, e nessas eleições existiram vários problemas com filas, filas e filas de gente para votar. Portanto, aquilo que estamos a debater é a possibilidade de introduzir o voto em mobilidade, que já foi suficientemente aprimorado e que vai funcionar bem na Região Autónoma da Madeira. Não devemos ser precipitados, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora, aí está!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O Partido Socialista fez aqui duas intervenções *sui generis*. Na primeira intervenção disse-se que não é em anos eleitorais que alteramos a lei eleitoral.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Em regra!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Deputado Pedro Delegado Alves, nós, os dois, já participámos em alterações, em ano de eleições,...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Numa urgência!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... a leis eleitorais que não tinham que ver necessariamente com a pandemia.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Na pandemia!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas se fôssemos mais longe, Sr. Deputado, este ano propõe-se o Parlamento alterar as freguesias, como sabem, o que tem também impacto na vida das pessoas e naqueles órgãos que vamos eleger.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portanto, esse não é um argumento.

Agora, estamos unidos na necessidade de aprovar este diploma e de corrigir na especialidade aquilo que for necessário corrigir.

Lamento que, de todos os partidos que aqui ouvi, tenho visto uma disponibilidade total para acelerarmos o processo de especialidade de todos menos do Chega, que aqui veio falar das eleições na Madeira e criticar a Madeira, usando cobardemente a imunidade parlamentar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cobardemente?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... para difamar pessoas que não foram condenadas em nenhum processo judicial que seja conhecido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a falar com quem?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Isso chama-se cobardia política!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O quê?! Corruptos, pá!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O Sr. Deputado Miguel Iglésias também veio aqui dizer que a pobreza e mais não sei quê... que na Madeira é tudo pior... Sr. Deputado, na Madeira, o PIB *per capita* é mais alto do

que a média nacional, têm a maior taxa de emprego, a menor taxa de desemprego. Devia lembrar-se disso antes de vir tecer esse tipo de comentários, que são lamentáveis.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Por isso não ganham eleições! Não ganham eleições!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Relativamente ao Bloco de Esquerda, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, estou a terminar o meu tempo e vou...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Está a terminar e terminou, Sr. Deputado. Terá de esclarecer o Sr. Deputado nos corredores da Assembleia.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Fica para as próximas eleições!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Para o ano!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para o ano!

O Sr. **Presidente**: — Terminado este ponto da ordem de trabalhos, vamos passar para o segundo ponto, que consiste no debate setorial com o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 10 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é um Governo focado em servir os portugueses e que tem na sua génese a ação e o diálogo como marcas fundamentais. O Ministério dos Assuntos Parlamentares tem, a este respeito, a responsabilidade, em muitas circunstâncias, de concretizar estes propósitos. Na ação, trabalhando com o Parlamento, com profundo respeito pelo trabalho dos Deputados, e, em nome do Governo, na busca de soluções, de respostas concretas para os problemas do País, nas mais diferentes áreas setoriais; e no diálogo, promovendo uma relação institucional construtiva com as diferentes forças políticas, tentando que, na diversidade parlamentar, se encontrem as melhores soluções para o País.

A este respeito, sobressaem as inúmeras reuniões de trabalho que o Governo tem promovido com as diferentes forças partidárias, abordando políticas públicas em áreas tão diversas como a agenda de combate à corrupção, o programa de medidas para a habitação, o Plano de Ação para as Migrações, os mecanismos de convergência na Segurança Social, o Plano de Ação para a Comunicação Social, a revisão do regime jurídico das instituições de ensino superior, o Estatuto da Carreira de Investigação Científica ou a preparação da proposta de Orçamento do Estado para 2025.

Em paralelo, tivemos, nestes nove meses de mandato, 395 presenças de membros do Governo em Plenário e 328 presenças de membros do Governo em reuniões de comissão. São números que falam por si.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Contudo, permitam-me que, nesta intervenção inicial, enfatize duas áreas específicas de ação deste Ministério. Em primeiro lugar, o desporto. Este Governo tem um projeto ambicioso de, pela primeira vez, concretizarmos um verdadeiro plano de desenvolvimento desportivo que olhe para este setor, no nosso País, a médio e longo prazos.

Esse plano terá um horizonte de 12 anos, ou seja, três ciclos olímpicos, e, nesse sentido, já começámos por deliberar, em Conselho de Ministros, uma aposta sem precedentes, absolutamente única, no desporto nacional, designadamente a nível dos recursos alocados. Tal evidencia-se num aumento de 8 %, de 50 para

54 milhões de euros, para o desporto no Orçamento do Estado para 2025 — é um aumento muito significativo! — e evidencia-se, adicionalmente, no programa de medidas para o desporto recentemente apresentado, que incorpora um investimento, repito, adicional de 65 milhões de euros para o desenvolvimento do desporto, através do movimento associativo e dos clubes. Este programa prevê cinco medidas, desagregadas em 14 programas específicos, que serão implementadas nos próximos quatro anos. Esta é uma oportunidade que o desporto nunca teve na nossa história.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Em segundo lugar, a área da comunicação social. Temos uma visão integrada, abrangente e muito ambiciosa para um setor que se encontra numa crise profunda e estrutural por força da evolução tecnológica e da conseqüente alteração dos hábitos de consumo. Essa visão concretiza-se num conjunto de medidas que estão plasmadas no primeiro plano de ação para os *media*, pensado no século XXI. É um plano que promove o maior salto legislativo deste setor realizado nas últimas décadas, designadamente através de um código para a comunicação social, e que atribui uma primazia absoluta ao serviço público.

Essa primazia consubstancia-se no robustecimento da supervisão e da modernização da Agência Lusa; na dotação para a RTP (Rádio Televisão de Portugal) de um conforto financeiro inédito, estimulando a sua modernização e a sua aproximação aos portugueses; na garantia de distribuição de jornais e revistas em todos os concelhos do País; na diminuição de custos para os órgãos de informação locais, regionais e nacionais; no apoio à contratação, retenção e combate à precariedade dos jornalistas, valorizando o seu papel e a sua independência; ou, ainda, na criação de programas de assinaturas, que procuram gerar mais públicos a consumir jornalismo e procuram seduzir os jovens para a importância crucial de ler jornais, criando, ao mesmo tempo, um novo conjunto de recursos para os diferentes meios de comunicação social.

Isto são ações concretas, que apoiam efetivamente o setor dos *media*, sem que o Estado tenha uma única intervenção num único órgão de comunicação social. Na verdade, conseguimos apresentar um plano com 30 medidas concretas de apoio ao setor da comunicação social, salvaguardando que não correríamos qualquer risco de intervenção dirigista ou limitadora da imprescindível independência que deve sempre caracterizar o jornalismo e os meios de comunicação social. Isto são ações concretas que contrastam com a passividade e a apatia que caracterizaram o passado recente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em política, a melhor maneira de não sermos criticados é não fazermos nada. Quando tomamos decisões, expomo-nos ao risco da crítica, mas nós escolhemos fazer. Dando mais um exemplo, escolhemos rever o contrato de concessão de serviço público da RTP, que foi celebrado em 2015 e deveria ter sido revisto em 2019 e em 2023, se os Governos do Partido Socialista tivessem feito o que lhes competia. Não o fizeram, falharam nessa obrigação legal.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Foram oito anos em que a RTP se arrastou com o mesmo contrato, enquanto o mundo, designadamente o mundo audiovisual, mudava de forma vertiginosa.

Quando, na apresentação do plano para a ação dos *media*, nos comprometemos a trabalhar intensamente com a RTP para concluirmos em três meses — apenas em três meses! — uma proposta de novo contrato, o ceticismo foi legitimamente generalizado. A verdade é que conseguimos: temos hoje uma proposta em consulta pública para que possamos, no curto prazo, ter mais uma ferramenta habilitadora de uma RTP de futuro e com futuro.

Quero, de resto, deixar aqui uma palavra de reconhecimento à administração e às equipas da RTP, que contribuíram decisivamente para alcançarmos esta meta.

O Sr. Paulo Nuncio (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Da minha parte, sempre disse que queria trazer a televisão e rádio públicas para o século XXI, preparando-as para os difíceis desafios que se avizinham. No início do meu mandato, falei-vos de uma revolução tranquila que, em conjunto com a administração da RTP, queríamos levar a cabo, em prol da modernização tecnológica e estratégica da empresa. A revolução tranquila na RTP está em marcha, e este contrato é uma porta para o futuro da RTP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é bem verdade que ainda estamos no início do mandato e que não nos faltam ideias e energia para o muito que ainda temos para fazer, mas não é menos verdade que nos apresentamos, hoje, neste Parlamento, com a consciência de que estamos a trilhar um caminho corajoso para ajudar a transformar o País. No desporto, contribuindo para que esta área assuma a posição que merece na nossa sociedade.

Precisamos de aumentar, de forma muito significativa, os indicadores de atividade física e de prática desportiva na nossa população. Todos ganharemos muito com isso, seja pelos ganhos ao nível da saúde física e mental, pela promoção do bem-estar, pela prevenção de riscos e comportamentos desviantes ou pela integração e pela inclusão social, entre tantos outros benefícios individuais e coletivos.

Na comunicação social, o que está em causa é uma luta pela democracia. Não serve de nada dizer que estamos preocupados com a democracia, com a liberdade, com a ascensão do populismo se não fizermos nada para salvar a comunicação social. Acreditamos que o jornalismo, o conhecimento e o pensamento livre são o único antídoto nas sociedades modernas contra a presente complexificação do mundo.

O Plano de Ação para a Comunicação Social é um ponto de partida, não é um ponto de chegada, não é um plano perfeito e estará permanentemente inacabado, mas é um plano que apresenta um bloco de soluções para muitos problemas do setor que não podiam continuar a ser ignorados.

Quisemos ser eficazes e rápidos. É por isso que seis meses depois de termos aqui chegado já estávamos no terreno a combater o deserto de notícias, garantindo que não há um único concelho no nosso País que esteja privado da venda de jornais. É por isso que, em nove meses, conseguimos colocar em discussão pública o contrato de concessão da RTP, que não era revisto há 10 anos. É por isso que, ainda neste semestre, teremos concluído a proposta de um novo código da comunicação social, uma legislação que responda às questões do presente e do futuro, e não do passado. E é por isso que temos mais de uma vintena de outras medidas a serem preparadas, a alta velocidade, para rapidamente estarem no terreno.

Para isso, ouvimos todos os agentes do setor, recebemos dezenas de associações, acolhemos centenas de contributos, abrimos a porta a todos os que quiseram dialogar connosco. E, na hora de decidir, sem atribuímos um único apoio direto, tivemos uma só preocupação: dotar os meios de comunicação social de ferramentas que lhes permitam ser mais autónomos e mais capazes de se adaptarem, de forma competitiva e atraente, a um mundo cada vez mais tecnológico e imprevisível.

E quisemos também contribuir para que os jornalistas não tenham de continuar a ser sacrificados nesta cadeia de valor. Eles podem e devem ter uma carreira digna e estável. Não há jornalismo sem jornalistas. Não percebermos a sua insubstituível função é caminhar para um futuro sombrio e perigoso.

Do nosso lado, não vamos desistir de lutar pelos valores da democracia e da liberdade.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Para a primeira pergunta, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, do Chega. Faça favor.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Secretários de Estado e o Sr. Ministro.

Sr. Ministro, não podia começar de outra forma que não fosse por questioná-lo sobre a trapalhada que foi a nomeação do Secretário-Geral do Governo. O Governo tem 17 ministros, 41 secretários de Estado e, ainda assim, achou que precisava de uma secretaria-geral para funções como apoiar reuniões e atos solenes do Conselho de Ministros, apoiar logisticamente interações do Governo com instituições como, por exemplo, a Assembleia da República e dar apoio técnico, logístico e administrativo aos ministros e ao Primeiro-Ministro.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Bem dentro do tema!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Portanto, fica no ar a questão de para que queremos um Ministro da Presidência, um Ministro dos Assuntos Parlamentares e 41 secretários de Estado.

Mas, Sr. Ministro, também não é esta a pergunta que lhe quero fazer. A pergunta que lhe quero fazer é se lhe parece moralmente correto e até necessário que um secretário-geral do Governo possa auferir 15 000 € brutos, por mês,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — ... ganhando assim quase mais 10 000 € do que o próprio Primeiro-Ministro de Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, agradeço à Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho. Talvez tenha, contudo, de realçar o seguinte, até para esclarecimento de todos nós: estamos na presença de um debate setorial...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... em que, como está previsto no nosso Regimento da Assembleia da República, é suposto os temas serem aqueles que estão sob a tutela do ministro que aqui está a responder.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Araújo** (PSD): — Não têm nada a dizer!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E esse não é o caso, mas se o Sr. Presidente me autorizar terei o maior gosto em responder à questão, com todo o à-vontade. Não quero é ser eu a infringir, digamos assim, as regras regimentais.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Se não houver oposição, vou tentar responder, de qualquer forma, à Sr.^a Deputada, apesar de, de facto, não ser matéria da tutela deste ministério.

Sr.^a Deputada, eu diria que esta questão surge porque temos, hoje em dia, várias secretarias-gerais no Governo. O partido Chega, de facto, ainda não teve oportunidade de fazer parte de um Executivo, é natural que não conheça tão bem a orgânica interna dos Governos e da Administração Pública,...

Risos de Deputados do PSD.

... mas ela é pública, quer dizer, todos nós temos acesso ao que existe.

O movimento que estamos a desenvolver nesta altura e a aplicar é um movimento de concentração para gerar mais poupanças e melhores sinergias, mais eficácia, se quisermos, e mais eficiências dentro do próprio Governo. Estamos, no fundo, a fundir um conjunto de secretarias-gerais de diferentes ministérios numa única, centralizada, precisamente para gerar mais eficácia.

Aliás, é bom que se diga que esse é um processo que começou ainda na governação anterior. Foi o Governo anterior que inscreveu no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) esta reforma interna do Governo, da administração central, que tem várias *nuances* — essa é apenas uma delas, com a qual

concordamos, e estamos, de facto, a executá-la agora. Foi inscrita no PRR pelo Governo anterior e nós agora estamos a concretizá-la, julgo eu, com eficácia e rapidez.

É nesse sentido que surge, de facto, esta figura do Secretário-Geral do Governo, porque se extinguem muitos outros secretários-gerais que existem hoje em dia no âmbito do Governo. Quanto à remuneração do mesmo, aquilo que prevemos é uma questão muito simples, e ainda bem que tenho esta oportunidade para tentar esclarecer a Câmara e, por esta via, também os portugueses.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não sei se consegue!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Estávamos a falar de alguém que está no exercício de uma determinada função pública, e o que o decreto-lei governamental prevê é que se quem está nessas circunstâncias passar a exercer a função de Secretário-Geral do Governo mantém a remuneração que tinha na função anterior.

Isto porquê? Imagine a Sr.^a Deputada que era funcionária pública, vamos supor, e estava no exercício de uma determinada função. De repente, a sua hierarquia convidava-a a desempenhar uma função diferente, porque era importante para o serviço — neste caso de que estamos a falar era importante para o País. Ou seja, dentro do mesmo organismo público, da função pública, e no exercício de duas funções públicas, pedem-lhe para transitar para uma função diferente dizendo-lhe, contudo, que vai receber menos do que recebe,...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Está nervoso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... vai receber metade, neste caso sendo até um terço do que aparentemente recebia essa pessoa. Portanto, a única coisa que se fez na lei foi dizer que quem transita — e, ainda por cima, neste caso estamos a falar de funções públicas — fica a receber aquilo que estava a receber... e que, aliás, está a receber hoje em dia, não é? Portanto, é só isto que está em causa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro, pela resposta, mas eu chamava à atenção todos os Srs. Deputados, porque o Sr. Ministro entendeu por bem responder, mas estamos num debate setorial e as questões devem ser contidas no debate setorial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, senhor! Era só o que faltava!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho vai continuar no uso da palavra?

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, ainda bem que pôde responder. Uma vez que não teve problemas em falar sobre a matéria na RTP,...

Risos de Deputados do CH.

... achei que também não teria problemas em fazê-lo aqui.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem, ora bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Mas o Sr. Ministro disse aqui que estas alterações, esta Secretaria-Geral e o Secretário-Geral, são para gerar mais eficiência na gestão do sistema governamental. Mas pergunto-lhe,

Sr. Ministro: se é para gerar mais eficiência, se faz falta e se está tudo bem com esta alteração, porque é que foi necessário o Governo alterar o estatuto remuneratório do pessoal dirigente da nova Secretaria-Geral no dia a seguir ao Natal, dia 26 de dezembro,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — ... na véspera de o Sr. Hélder Rosalino ser nomeado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — O que dá a entender, Sr. Ministro, é que isto, além de ser uma grande trapalhada, é também uma grande trifulhice.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

Ainda antes da pergunta que lhe queria fazer, Sr. Ministro, o senhor disse aqui, e bem, que o Sr. Hélder Rosalino já estava a receber os 15 000 € nas funções que desempenhava no Banco de Portugal, e é verdade.

Agora, isto coloca-nos outra questão, que é a seguinte: porque é que há pessoas na função pública a receber salários que são milionários, salários que são verdadeiramente pornográficos? E o salário do Sr. Hélder Rosalino não é exemplo único. Olhe, tenho aqui uma notícia de hoje para lhe mostrar, calha bem!

Neste momento, a oradora exibiu uma notícia com o título «Salários milionários: Quando o Estado paga que se farta».

O Presidente da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) recebe 36 000 € brutos por mês;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Trinta e seis!...

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — ... o Governador do Banco de Portugal, mais de 18 000 € por mês; o diretor executivo do SNS (Serviço Nacional de Saúde), mais de 11 000 € por mês.

A pergunta que lhe coloco é esta: como é que se explica a quem está lá em casa a ver-nos, como é que explicamos a pessoas que não levam nem 1000 € para casa que há pessoas a ganhar estes salários absurdos e pornográficos?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Se o Sr. Ministro quiser responder, faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, julgo que a boa notícia é que, provavelmente, a insistência nestas questões por parte do partido Chega significa que corroboram, sublinham e aplaudem as políticas que estão a ser seguidas no âmbito do Ministério dos Assuntos Parlamentares, e agradeço isso.

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — Sim, sim!...

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Já lá vamos, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É bom que possamos gerar esses consensos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não gosta é de ouvir!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Quanto à matéria em que insiste, acho que vale a pena não misturarmos temas. Porquê? Parece-me importante... Há um debate que a sociedade portuguesa deve fazer, e nisso estamos de acordo, sobre a atratividade que a função pública, a Administração Pública, hoje em dia consegue ter, nomeadamente nos seus mais altos cargos, para se valer dos melhores recursos da nossa sociedade. Isto porque não seremos um Estado eficaz, como julgo que ambos queremos que o País possa ser, se não tivermos recursos humanos qualificados. Os melhores de todos nós devem estar a servir o público, a servir o Estado português e, portanto, a servir toda a população nacional e a que resida no nosso País, pelo que acho importante termos esse debate.

Também me parece importante perceber que pode haver distorções naquilo que é um regime que queremos que não seja discriminatório, que queremos que seja justo para todos. Sabemos que há de facto limitações, em muitas circunstâncias, e que isso, normalmente, é feito pelo salário do Presidente da República ou pelo salário do Primeiro-Ministro; e sabemos que, depois, há exceções a esse respeito. Vale a pena, se calhar, refletirmos sobre isso.

Vale a pena também ponderarmos — isso já foi ponderado noutra altura e, portanto, aí talvez eu não a acompanhe — que há determinado tipo de setores que estão numa dinâmica concorrencial, nomeadamente algumas empresas públicas, em que se queremos ter pessoas qualificadas na sua gestão não podemos cair num populismo barato que, de repente, nos vai prejudicar a todos no fim do dia e, principalmente, que nos vai sair muito mais caro a todos nós, contribuintes.

Portanto, acho que é com bom senso, sentido de responsabilidade, sentido de equilíbrio e sentido de justiça social que temos de olhar para esse problema.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, faça favor de continuar.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, falou aqui de que há setores que têm uma dinâmica própria concorrencial e julgo que não é o caso, por exemplo, do Banco de Portugal, em que o Governador ganha 36 000 € brutos, por mês.

Mas adiante, vamos mudar então de assunto, vamos falar sobre comunicação.

Sr. Ministro, o Estado detinha 45 % do capital da Inapa, uma conhecida distribuidora de papel, e deu ordens para que não fosse injetado nem 1 cêntimo na empresa, que acabou por abrir falência. O Sr. Ministro das Finanças justificou esta decisão dizendo que a crise na Inapa era consequência da gestão da empresa e que a decisão de não colocar nem 1 cêntimo do erário público na empresa foi para proteger o dinheiro dos contribuintes — e bem!

Agora, a propósito disto, pergunto-lhe se o Governo vai manter esta posição relativamente a outras empresas. E estou a referir-me, por exemplo, à Trust in News,...

Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

... que é uma empresa detentora de vários títulos de comunicação social, como a revista *Exame*, o *Jornal de Letras*, a revista *Visão*, e que está insolvente, deve mais de 15 milhões de euros à Segurança Social e às Finanças.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se deve tem de pagar!

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — E sei que já foram pedidas reuniões com carácter de urgência ao Sr. Ministro para que o Estado ajude a resolver esta questão.

Portanto, a questão que lhe coloco é se o Governo vai manter também com a Trust in News a posição que teve com a Inapa.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Patrícia Carvalho, a situação na Trust in News preocupa-nos muito. Preocupa-nos porque estamos a falar de marcas que são importantes do ponto de vista da comunicação social, marcas como a *Visão*, o *Jornal de Letras*, se calhar por razões diferentes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ui, gente séria!...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Preocupam-nos os jornalistas que estão em causa e que estão a sofrer, manifestamente, uma circunstância e um ambiente profissional que é inaceitável.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deviam era ir trabalhar!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Portanto, essa situação preocupa-nos muito. Agora, respondendo muito diretamente à sua questão, o Governo, desse ponto de vista, vai ter exatamente a mesma posição que teve noutras circunstâncias.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Tudo aquilo que pudermos fazer para apoiar a comunicação social, no estrito cumprimento da lei e não ferindo a imparcialidade que o Estado tem de ter neste tipo de matérias, estamos evidentemente disponíveis para tentar fazer. Repito, desde que isso não fira o princípio de imparcialidade nem seja uma ingerência no mercado, que nós não queremos fazer.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Agora, tudo o que seja auxílio individualizado, apoio excecional ou favor, para isso não podem contar com o Governo nem com o Estado, por muito que isto nos custe a todos. Acho que ninguém gosta de ver o estado em que estão algumas publicações do nosso País, que são tão relevantes, publicações como por exemplo — perdoem-me por citar esta em particular — o *Jornal de Letras*, porque ainda por cima hoje não há, infelizmente, muitas alternativas da mesma natureza.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para continuar as perguntas pelo Chega, o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não vai para a primeira fila?!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como seria fácil de calcular, venho questionar o Sr. Ministro sobre a RTP.

Ontem, o Sr. Ministro anunciou que o contrato de concessão tinha sido colocado em discussão pública. Procurei, desde ontem até hoje, à hora do almoço, e nada encontrei. Foi encontrado por volta das duas da tarde, com data de ontem, mas, de facto, a disponibilidade foi quase coincidente com a nossa...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O quê?!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Exatamente, Sr. Ministro.

Não quero considerar que isso tenha sido propositado. Longe de mim!

Uma das questões da televisão pública era a passagem de até 250 trabalhadores à reforma antecipada voluntária e a admissão de novos 125 trabalhadores, sendo uma das finalidades a contratação de jovens especializados para trabalhar em evolução tecnológica da RTP. Pergunto em que ponto está esta situação.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Galveias, de facto, o contrato está no mesmo sítio onde estava desde ontem. Foi colocado público, julgo que é público e notório. Aliás, a comunicação social divulgou porque teve acesso ao mesmo através do *link*, digamos assim, que é no portal ConsultaLEX. Lamento que não tenha podido ver, mas olhe que foi um problema específico do seu lado, porque foi generalizado o acesso.

Quanto à questão que me coloca, admito que seja pertinente, mas não me deve ser colocada a mim. Isto é, há um plano de saídas voluntárias que a administração da RTP quer desenvolver, e apresentou-nos essa proposta; nós demos a nossa anuência e assegurámos financiamento para a mesma. Agora, a sua concretização é uma matéria interna da empresa.

Sabemos, porque fomos informados, que vai ser concretizada em duas fases, ou, pelo menos, é essa a predisposição do Conselho de Administração. Mas não é o Governo, como compreenderá, que não gere a empresa, nem nós pretendemos gerir a empresa. Portanto, desse ponto de vista, da operação em concreto, é matéria que nos ultrapassa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias, faça favor.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, pergunto qual a razão para a RTP ser responsável pela manutenção técnica das televisões da Guiné e São Tomé e Príncipe sem qualquer indemnização compensatória. É uma decisão meramente política, pelo que lhe pergunto qual o valor desta decisão. Ou, se neste novo contrato, que não tivemos tempo para ler, esta indemnização está incluída?

Pergunto também se os 14 milhões de euros que o Estado deve, ou devia, à RTP, e que já deveriam ter sido pagos, não passam do pagamento de uma dívida e que o Governo se gaba, erradamente, de ser um novo investimento. Pergunto, portanto, se esse pagamento já foi devidamente efetuado.

Por último, em dezembro passado houve um atraso no pagamento do valor da CAV (contribuição para o audiovisual) à RTP, e eu pergunto-lhe se estes pagamentos estão em dia, não o de dezembro, mas o atual.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, há acordos de parcerias com alguns países africanos de língua oficial portuguesa, mas essa não é uma obrigação do contrato de serviço público. Aliás, julgo que já não constava do anterior, e não consta desta proposta de revisão.

Isso não quer dizer que nós não estimulemos no contrato que haja, designadamente naquilo que é atualmente a RTP África — para simplificar —, serviços e programas vocacionados para esses países ou até conteúdos para a população afrodescendente, nomeadamente, que reside em Portugal. Mas esses acordos em concreto não fazem parte das obrigações do contrato de serviço público.

Relativamente àquilo que chamou de dívida, é um valor que eu admito que era devido ao Estado compensar a RTP, para simplificar e para não esgotarmos o tempo neste pequeno detalhe. A verdade é que há mais de uma década que havia esta alegada dívida, vamos chamar-lhe assim, e nunca foi concretizada.

Ora, nós, pela primeira vez, inscrevemos isto no Orçamento do Estado para 2025. Nós estamos a iniciar o ano, mas a verdade é que a própria RTP já formulou o pedido, e nós, entretanto, por razões meramente técnicas, precisamos de mais uns esclarecimentos, e estamos neste processo.

Portanto, agora, estando em vigor o Orçamento do Estado para 2025, admito que nas próximas semanas — é uma questão burocrática, eu diria — poderemos resolver isso.

O mesmo se passa com o pagamento da CAV. Como saberá, talvez, o pagamento é faseado ao longo do ano, julgo que é a última tranche que está em falta, e estará para ser processada nestes dias. Portanto, acho que desse ponto de vista não teremos problemas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marcus Santos, do Chega.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — É a rodagem do grupo?

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Sr. Ministro, o desporto em Portugal é um pilar fundamental para a promoção da saúde e o bem-estar da nossa população e, como tal, deve ser visto como um verdadeiro desígnio nacional, por todos os seus benefícios e pela elevação e reconhecimento da nossa nação.

Infelizmente, o atual modelo de financiamento do setor não reflete isso e suscita preocupações significativas, especialmente devido à sua dependência de receitas provenientes de jogos de sorte e azar.

Dados recentes indicam que, entre 2018 e 2022, as federações esportivas nacionais receberam aproximadamente 245 milhões de euros, oriundos de apostas esportivas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — ... com mais de metade deste montante proveniente de plataformas *online*.

Em 2024, o valor das apostas *online* atingiu os 15 000 milhões de euros, só até setembro, ou seja, o mesmo valor que a totalidade do ano de 2023.

Esta dependência é ainda mais evidente quando analisamos o financiamento público ao desporto e percebemos que ainda é por esta via que o desporto é maioritariamente financiado. Esta dependência demonstra uma enorme desconsideração pelo setor, sendo que a situação levanta questões éticas e sociais, pois o financiamento de uma atividade promotora de saúde está dependente de vícios dos cidadãos.

Tudo isso enquanto o investimento público no desporto continua inferior à média europeia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Esta realidade evidencia a necessidade urgente de diversificar as fontes de financiamento do desporto, reduzindo a dependência de receitas provenientes de jogos de azar.

Sr. Ministro, que medidas concretas pretende o Governo implementar para reformar o modelo de financiamento do desporto em Portugal, assegurando uma sustentabilidade desse setor vital sem recorrer à exploração de vícios dos cidadãos? Terá o Governo coragem de contribuir para a reforma do financiamento do desporto, como tantas vezes é evidenciado pelos organismos de relevo no setor?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marcus Santos, agradeço as questões que me coloca e eu diria que é um tema relevante, mas não tenho certeza se percebi qual pode ser a solução para isto. Não sei se o Chega defende que nós proibamos os jogos, como lhe chamou, de azar, portanto não são mais viáveis, ou se não devemos cobrar impostos sobre os mesmos. É que estas receitas são de impostos e são alocadas a várias áreas, designadamente ao desporto.

Admito que possamos encontrar outras fontes de financiamento, mas o que vale a pena aqui enfatizar, talvez, e desculpar-me-á, é que nós aumentámos, de forma muito significativa, o orçamento para o desporto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aumentaram porque foram avisados!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Não comparável com a cultura!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não é dessas receitas, que essas estão estanques. Nós estamos é, de facto, a aumentar muito mais, de forma nunca vista — é inédito, nunca visto na história da nossa democracia, e não só da nossa democracia —, tentando cumprir aquilo que diz, ou seja, que, de facto, o desporto deve ser um desígnio nacional, e aí estamos completamente de acordo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à ronda de perguntas do Partido Social Democrata, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Poço.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, o Sr. Ministro e os Srs. Secretários de Estado.

Sr. Ministro, no começo deste debate, não poderia deixar de fazer uma observação relativamente à intervenção do Grupo Parlamentar do Chega, porque dizia o Sr. Deputado Jorge Galveias que demorou cerca de 10 horas a encontrar o contrato de concessão de serviço público para a televisão e para a rádio portuguesa.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Já devia estar há meses.

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Não estava *online*!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Lamentamos, genuinamente, que o Sr. Deputado Jorge Galveias não o tenha encontrado logo, como o País teve conhecimento ontem à noite, mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer o seguinte: para quem esteve quase 10 anos à espera do novo contrato de concessão de serviço público,...

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... penso que 10 horas não é assim tão insatisfatório do ponto de vista do Governo da Aliança Democrática.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Ministro, irei focar-me, então, nos temas de uma área que tutela efetivamente: a comunicação social.

O Governo foi ambicioso, foi audaz, foi corajoso, ao apresentar uma visão, um plano, 30 medidas para este setor. A crise não é nova, não era de há 5 anos, provavelmente não era de há 10, não era de há 15, mas sabemos que ao longo do tempo a situação tem vindo a piorar, e este Governo teve a coragem de apresentar um plano.

É um plano bastante conhecido, embora os partidos da oposição, provavelmente, só falaram de uma ou duas medidas, e eu trago-o aqui novamente para recordar, porque estamos num debate a fazer a fiscalização das medidas do Governo.

Este plano compara com o plano do Partido Socialista, que esteve oito anos e meio no Governo e nunca apresentou plano nenhum.

Portanto, o plano da AD (Aliança Democrática), apresentado em outubro e que já está a ser concretizado, em nove meses, é o seguinte:

O orador exibiu o documento que mencionou.

E o plano do Partido Socialista, durante quase nove anos, foi este belo conjunto de páginas em branco.

O orador exibiu um dossiê com folhas em branco.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, Sr. Ministro, num debate em que vamos falar de várias áreas, temos de começar por esta comparação inicial.

Eu lembro-me de, em outubro, a esquerda, da extrema-esquerda à extrema-direita, todos diziam que o Governo queria fazer uma RTP pequenina, uma RTP a preto e branco, queria desmantelar a RTP,...

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Porque nós não deixamos!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... privatizar a RTP,...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Isso era o que vocês queriam!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... e eu espero que hoje, tendo em conta que o Governo...

Vozes do PS: — Nós não deixamos!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Os Srs. Deputados do Partido Socialista estão muito nervosos, mas eu vou continuar.

Tendo em conta o que diziam em outubro, eu espero que hoje, depois de terem estado tanto tempo no Governo, reconheçam que o Governo cumpriu com a apresentação do novo contrato de concessão de serviço público, apresentado ao País e agora disponível para consulta pública.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é muito importante que, do Bloco de Esquerda ao PCP e ao Partido Socialista, que estiveram juntos na governação e nada fizeram neste capítulo, quando deviam ter revisto o contrato de concessão em 2019 e em 2023,...

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — ... digam que o Governo já reviu este contrato de concessão, já autorizou um empréstimo financeiro de 40 milhões de euros para a empresa se modernizar, já garantiu também um aumento de capital de quase 15 milhões de euros.

Portanto, entre o discurso que faziam e a realidade do futuro da empresa, Sr. Ministro, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, só temos a dizer: seja este o caminho para seguir em frente e modernizar a RTP.

Mas eu fui também ao mesmo plano de medidas do Partido Socialista, o tal manual de folhas em branco, para perceber o que é que tinham feito na Lusa, e também na Lusa não havia política nenhuma de apoio aos meios de comunicação social locais, regionais ou nacionais.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Mentira!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não conseguiram resolver a estrutura acionista. Aliás, queriam tentar fazer à última hora uma alteração à estrutura acionista, já quase com o Governo demissionário e em vésperas de eleições.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vergonha!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Resolvemos a estrutura acionista, vamos criar benefícios para a comunicação social e vamos também melhorar o modelo de *governance* e a governação desta empresa.

Mas, Sr. Ministro, devia envergonhar bastante aqueles que estiveram no Governo que tivessem saído sem a garantia de que houvesse, nos 308 municípios do nosso País, distribuição periódica de jornais e revistas, porque foi essa a realidade que o Governo da Aliança Democrática encontrou, faltando distribuir jornais em quatro concelhos do nosso País, e hoje, à data em que estamos a fazer este debate, esta situação já está resolvida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Portanto, Sr. Ministro, esta é também mais uma matéria em que temos de ter a capacidade de fazer, e não apenas de proclamar, a capacidade de entregar resultados, e aqui nós estamos a garantir algo que é essencial: que todos os portugueses e todo o País tenham acesso à informação.

Mas falamos também de incentivos ao setor, seja para os jovens estudantes — 400 000 jovens estudantes do ensino secundário vão ter assinaturas digitais —, seja para todos os cidadãos que vão ter assinaturas bonificadas, ou de apoio à contratação de jornalistas e à manutenção dos postos de trabalho de jornalistas, quando sabemos que este setor tem passado por uma crise fortíssima, que leva a sucessivos despedimentos nas redações.

Falamos ainda de apoios à comunicação social local e regional, seja com a publicitação de fundos europeus, seja com a publicitação de deliberações autárquicas, uma matéria que está nesta Casa, numa lei de 2013 que nunca foi regulada e, portanto, nunca foi implementada, e que nós estamos a implementar.

Mas falamos também de algo que é importantíssimo, e termino com essa matéria. Comecei a minha intervenção a falar do tal plano vazio, de folhas em branco do Partido Socialista,...

O orador voltou a exhibir o dossiê com folhas em branco.

... mas há uma em que o Partido Socialista deixou algo feito e que nós tivemos de revogar.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Partido Socialista, em 2023, previa que a partir de 1 de janeiro deste ano, portanto, da semana passada, os jornalistas passassem a pagar 87 € pela emissão ou renovação da sua carteira profissional.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — É verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Foi preciso um despacho do atual Governo, de 2024, para revogar esta decisão de 2023, que teria tido um impacto financeiro no bolso dos jornalistas. E aqui, Sr. Ministro,

infelizmente, não há uma folha em branco; há um despacho de 2023 revogado, e bem, por um despacho de 2024 para apoiar os jornalistas.

O orador exibiu o documento que mencionou.

Então, a minha pergunta é apenas e só uma: consegue o Sr. Ministro garantir hoje aqui que vamos continuar a cumprir este plano dos *media*? E de que forma é que o Governo irá avaliar e ajustar as medidas, se for necessário, em caso da avaliação que vai ser feita no dia a dia, no quotidiano, na vida dos jornais, do jornalismo e da nossa democracia?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Joana Mortágua pediu a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, apenas para pedir a distribuição de um documento.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, apenas para repor a autoria da frase «RTP a preto e branco». Como se comprova pelo documento, não é de nenhuma destas bancadas, é do ex-ministro, ex-Deputado, ex-dirigente do PSD Nuno Morais Sarmento.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Pois!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, faça então chegar o documento para se poder distribuir.

Para responder ao Sr. Deputado Alexandre Poço, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alexandre Poço, agradeço muito a sua intervenção e acompanho-a sem qualquer hesitação.

De facto, talvez valha a pena fazer algum exercício de memória, designadamente recordar-vos aquilo que senti, eu, pessoalmente, acompanhado da minha equipa, naturalmente, no início do mandato, quando começámos a olhar de forma séria, desde o primeiro dia, para este setor da comunicação social.

Protestos dos Deputados do PS Mara Lagriminha Coelho e Miguel Matos.

A crise é, de facto, profunda e é estrutural. É uma crise, de resto, global, pelo menos nas sociedades modernas, que acreditam numa comunicação social livre, independente e isenta. Portanto, nós sabemos o desafio que temos pela frente.

Tínhamos uma opção, que era imitar aqueles que tinham estado nesta função anteriormente, assobiando para o ar ou para o lado e fazermos de conta que não estava a acontecer o que está a acontecer, fazermos de conta que não tinha nada a ver connosco.

Nós decidimos que não era esse o caminho, e fomos alertados — é bom que se diga —, inclusivamente por responsáveis do setor, que nos disseram: «Isso é de alguma ingenuidade, porque todos os políticos normalmente percebem que esta é uma matéria extraordinariamente difícil, sensível e, portanto, preferem ignorar os problemas.» E a verdade é que é mesmo assim.

O ponto de equilíbrio para encontrarmos um plano como aquele que apresentámos não é fácil, porque nós quisemos apresentar um plano que tivesse eficácia concreta no dia a dia da vida dos jornalistas, dos meios de comunicação social, mas que, ao mesmo tempo, não caísse no erro de haver qualquer forma de condicionamento, de manipulação, de ingerência, de interferência, na autonomia, na independência, que tem de ser sempre salvaguardada, sob pena de não termos uma comunicação social como queremos ter.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Uma comunicação social ofegante!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E a verdade é que hoje podemos concluir que apresentámos um plano com 30 medidas — aliás, acho que este debate é elucidativo a esse respeito —, e são 30 medidas que merecem, no fundo, um consenso, de facto, extraordinário na sociedade portuguesa.

É verdade que há uma medida a propósito da publicidade da RTP que deu muita polémica. Damos de barato. Então, vamos dizer que há 29 medidas em 30 que, felizmente, merecem um consenso generalizado. Eu diria que ainda bem que assim é, porque este plano não é suposto ser o plano do Governo. Este é um plano do País para salvar um setor que é essencial, imprescindível, para a existência de todos, enquanto democracia pluralista que queremos ser. Portanto, todos beneficiaremos disso. Não é um Governo, nem uma facção, nem uma ideologia; somos todos.

Portanto, eu queria enaltecer aquilo que referiu, que me parece extraordinariamente importante. O caso concreto que apresentou, do contrato de concessão de serviço público da RTP, é um bom exemplo, porque, de facto, estivemos 10 anos sem qualquer revisão, apesar de a lei exigir o contrário. Deveríamos ter tido pelo menos duas revisões durante estes 10 anos. E a verdade também é que não foram 10 anos quaisquer. A verdade é que foram 10 anos em que este setor sofreu transformações estruturantes, como nós sabemos, brutais, eu diria até, e a RTP não se alterou por passividade, por mera passividade de quem tinha responsabilidades.

Portanto, eu queria dizer que o importante é tomar decisões, e nós não temos medo de tomar decisões. Em abono da verdade, devo dizer que nós beneficiámos do trabalho que foi feito anteriormente, designadamente por um livro branco que foi pensado, construído, desenhado para o serviço público de média. Há muito trabalho que foi feito.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Obrigado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Agora, o difícil, difícil, é depois tomar a decisão política. Isso é que custa.

O Sr. **Ricardo Araújo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Nós, em três meses, trabalhámos muito. Deu muito trabalho, com certeza. Está aqui o Secretário de Estado, a sua equipa, a minha equipa do meu gabinete, na RTP, em que se trabalhou, às vezes, se calhar, dia e noite para conseguirmos cumprir este prazo. Deu muito trabalho. Mas o difícil, difícil, difícil, é o Conselho de Administração da RTP, os seus responsáveis e nós próprios no Governo tomarmos a decisão de que é mesmo para avançar. Isso é que é difícil, e nós não fugimos a essa decisão, até porque a RTP precisa. Nós queremos mesmo apostar muito na RTP.

Hoje, mais do que nunca, faz muita falta à nossa sociedade termos um serviço público de média, designadamente de rádio e televisão, e no digital. E é por isso que estamos a apostar na RTP como nunca se apostou. Mas apostar na RTP não é só mandarmos dinheiro para lá, como, aliás, estamos a fazer em muitos aspetos, como já referimos durante o debate. É mais do que isso; é sermos um incentivo também para que quem tem responsabilidade na RTP perceba que tem o conforto de poder levar avante planos de modernização, é apostarmos no digital, queremos chegar a novos públicos, para, de facto, a RTP ter a relevância pública que acho que merece e deve ter numa sociedade equilibrada como nós queremos ser.

O mesmo se passa com a Lusa, que é uma agência de notícias tantas vezes subvalorizada. Ora, da minha parte vão sempre ouvir dizer que a Lusa é uma extraordinária ferramenta, um pilar estruturante da nossa democracia. É uma agência de notícias que prima pela excelência, pela qualidade e que é, de facto, um farol.

É um farol quando queremos combater a desinformação, a manipulação dos factos, como infelizmente hoje em dia é uma tendência até em termos globais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E o mesmo pode ser dito de mais outras dezenas de medidas que temos previstas no apoio aos órgãos de comunicação social locais e regionais, que têm um papel imprescindível e que, infelizmente, estão a morrer uns atrás dos outros. Nós queremos inverter essa tendência e temos medidas e apoios muito concretos a esse respeito.

Da mesma forma, na distribuição de jornais, como aqui foi dito. Nós estamos a olhar para isso nos quatro concelhos que referiu e no conjunto nacional também, porque temos de assegurar o acesso de todos à informação, a uma informação rigorosa, independente e séria.

Portanto, posso dizer-lhe, Sr. Deputado, e garantir-lhe — respondendo à sua questão — que nós temos o plano em execução na íntegra. Vamos cumprir os prazos e vamos cumprir os propósitos que afirmámos no dia 3 de outubro, quando o apresentámos. Estamos mais empenhados e convictos do que nunca de que este é um caminho importante para a nossa democracia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Cavaleiro, do PSD.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando, em abril de 2024, este Governo entrou em funções, a realidade do desporto em Portugal era muito clara. E o que dizia o último Eurobarómetro sobre o desporto e a atividade física, de 2022? Dizia que, somando a percentagem de cidadãos que nunca ou raramente praticam exercício, Portugal é o país com os piores níveis de atividade física da União Europeia, com 78 %. Dizia que os resultados portugueses da prática desportiva têm vindo progressivamente a piorar. Um estudo de 2023, que permitiu analisar a eficiência do investimento público em desporto na União Europeia, o que dizia? Dizia que Portugal é o menos eficiente entre os 27 países da União Europeia. Segundo dados do Eurostat, em termos de investimento no desporto, Portugal encontra-se abaixo da média da União Europeia.

Esta foi a realidade que encontrámos. Sem termos um plano estratégico de ação ambicioso, capaz de sensibilizar e investir e que permitisse alcançar objetivos nacionais de aumento da prática desportiva, que mais poderíamos esperar? Esperavam mesmo que tivéssemos outros resultados?

Felizmente, com a entrada do novo Governo, este paradigma vai-se alterando. Pela primeira vez, o Governo definiu o desporto como uma prioridade nacional, e esse Governo foi o Governo da Aliança Democrática, não foi o Governo do Partido Socialista.

Ao contrário do que acontecia no passado, em que tudo era gerido dia a dia, em que não existia estratégia, em que não existia investimento, este Governo mostrou que está cá para fazer, para fazer diferente. E mostrou-o logo no Orçamento do Estado para 2025, aumentando a verba para o desporto em 8,3 %, de 50 para 54,5 milhões, o maior orçamento de sempre para o desporto. Essa é que é a realidade, Srs. Deputados.

Mais: este Governo prometeu aumentar em 20 % a verba do próximo ciclo olímpico, porque este Governo compreende que só com mais investimento poderemos ter mais atletas, mais treinadores, melhores condições, melhores resultados, mais alegria e mais glória.

A par disso, o Governo propôs-se fazer um plano de desenvolvimento do desporto para Portugal, um plano de ação a quatro anos, com horizonte temporal de três ciclos olímpicos, que permita cumprir os quatro objetivos do Governo. Este plano vai ser uma realidade, não uma mera intenção. É um golo certo.

Sabemos que têm existido desenvolvimentos e, por isso, Sr. Ministro, gostaríamos de perceber qual o ponto de situação do plano e de que forma pensa o Governo concretizá-lo e implementá-lo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Cavaleiro, agradeço também muito a sua questão e agradeço o facto de trazer este tema do desporto novamente ao nosso debate, que me parece muito relevante.

É uma área de intervenção que, cronicamente, tem sido desvalorizada na nossa sociedade, por razões culturais, históricas, não vale a pena agora assacarmos responsabilidades. A verdade é que hoje temos um grau e um nível de informação e de conhecimento, designadamente através de estudos — alguns já os citou aqui — e dados que temos internamente, que nos permitem, e eu diria até, que nos obrigam a concluir que esta matéria do desporto não pode ser uma matéria lateral, tem de ser uma matéria prioritária e central nas políticas públicas.

Isso foi afirmado — de forma que alguns até consideraram um bocadinho inaudita — desde o primeiro minuto pelo nosso Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. A verdade é que o Primeiro-Ministro de Portugal foi, ele próprio, o primeiro a afirmar, de forma absolutamente convicta, que queria trazer a área desportiva, como, aliás, a área cultural, para a primeira linha das prioridades da governação e, portanto, das políticas públicas.

Muitos desconfiaram, alguns até acharam que era uma espécie de frase bonita para pôr na lapela enquanto estava em campanha eleitoral ou a tentar arrecadar simpatias. Provavelmente, alguns dos que o afirmaram estavam a ver-se ao espelho.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A verdade é que foi por convicção, como acho que hoje já todos, inequivocamente, podemos dizer.

Por ação muito direta do nosso Primeiro-Ministro, a verdade é que há uma aposta fortíssima deste Governo na área desportiva, e que nós, modestamente, estamos a tentar executar e cumprir.

Temos a ideia, de facto, de implementar um plano de desenvolvimento desportivo a 12 anos. É algo que nunca existiu no nosso País, na nossa sociedade, e que pode marcar a diferença, porque políticas de curto prazo nesta matéria podem ter um efeito imediato, mas esgotam-se. Se queremos, de facto, alterar estruturalmente o País desse ponto de vista, temos de ter uma visão de médio e longo prazo. É isso que estamos a preparar e que vamos implementar.

Para consubstanciar isto — e até, eu diria, para acelerar isso mesmo —, apresentámos este programa de medidas, vamos chamar-lhe «excecional», que é, de facto, inédito, é único, de um bolo de 65 milhões, que estão já alocados ao movimento associativo — aos clubes, aos comités olímpico e paralímpico —, no sentido de podermos levar a cabo um conjunto de medidas muito concretas nos próximos anos.

Esse programa acaba por se concretizar em cinco grandes medidas. Uma primeira, que diz respeito às infraestruturas desportivas, que é algo que, aliás, os nossos atletas e aqueles que querem praticar desporto reclamam com muita regularidade. Ora, o Governo ouviu isso mesmo. Aliás, o nosso Primeiro-Ministro afirmou já publicamente que não se esqueceu de quando abraçou alguns dos nossos atletas olímpicos medalhados, nomeadamente os nossos dois ciclistas que foram medalhados com ouro em Paris, neste verão, e que estes lhe pediram que olhasse para as infraestruturas desportivas, designadamente, no caso concreto, para a pista de ciclismo do nosso centro de alto rendimento. Ora, nós temos este plano. Aí prevemos 27 milhões de euros, para podermos, de facto, intervir nos centros de alto rendimento e nas infraestruturas desportivas do nosso País.

Temos um segundo pilar de desenvolvimento desportivo, de inovação, de investigação, em que se prevê um montante de 15 milhões alocados para este efeito.

Há uma aposta também muito forte na inclusão e no desporto para todos. Temos um conjunto muito significativo, mais de 500 projetos em clubes que vão ser apoiados para o incremento da participação e da atividade física feminina, de meninas e de mulheres no nosso País, para podermos, também aí, combater o desequilíbrio que, infelizmente, ainda temos em Portugal.

E temos igualmente um plano com projetos, também para serem apoiados em clubes, para intensificarmos a participação da atividade física por parte de cidadãos portadores de deficiência, também aqui numa atitude inclusiva, para darmos oportunidade a todos de terem os benefícios que o desporto lhes oferece.

Prevê-se também o apoio ao alto rendimento desportivo, às carreiras duais, para que os nossos jovens atletas não tenham de optar entre uma carreira desportiva, quando estão no momento de potenciar o seu talento, e uma carreira, por exemplo, académica, escolar ou até profissional.

Por último, apostamos na formação e na certificação, para qualificarmos ainda mais o nosso desporto em Portugal.

Espero ter-lhe respondido, Sr. Deputado. O nosso compromisso é afirmativo, é concreto e é muito convicto em prol do desporto em Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem novamente a palavra o Sr. Deputado Paulo Cavaleiro, para uma outra pergunta.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostava que o Deputado João Paulo Correia — não sei se está presente na Sala — tivesse ouvido esta parte, já que ele foi tão crítico nas redes sociais relativamente à questão do orçamento, e agora, com esta proposta que o Governo apresentou, era importante que ele ouvisse esta parte.

Aplausos do PSD.

Como disse o Sr. Ministro, este Governo não esperou, não estagnou, não se deixou adormecer. Apresentou um programa inédito, sem precedentes, no valor de 65 milhões de euros, para investir e reforçar o desporto em Portugal.

Como disse o Sr. Ministro, são cinco medidas e 14 programas, tudo para garantir o desenvolvimento equilibrado e inclusivo do desporto em Portugal, tudo para dar verdadeiramente estratégia e rumo ao desporto em Portugal, para que possa, através da sua monitorização e avaliação, consolidar uma nova aposta, para que permaneça mesmo perante o permanente fluir do tempo.

Mais uma vez, o PSD mostra que está ao lado do desporto. Sempre estivemos. Recordo que apresentámos nesta Casa, em 2021, um projeto de resolução pela inclusão do desporto no acesso a fundos do PRR, numa altura em que a Comissão Europeia instava os Governos a olharem para o desporto de forma integrada, em estreita ligação com os mais diversos setores. E como votou o PS? Absteve-se! E o que disse o PS agora, com este Governo? Que não havia dinheiro para o desporto, que o Governo não respeitava o desporto, que estávamos preocupados em saber como vamos executar, quem vai executar e que este investimento de 65 milhões surgira por ser Natal.

Não, Srs. Deputados, não foi por ser Natal. Muitas destas medidas que aqui apresentámos constavam do projeto de resolução que os senhores não votaram a favor. O PSD não tem duas caras.

Este Partido Socialista é o mesmo Partido Socialista que nada fez relativamente ao projeto de resolução aprovado nesta Casa, com a sua abstenção, para a inclusão do desporto no PRR.

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Nada! Zero euros no PRR para o desporto, ao contrário do que aconteceu noutros países da União Europeia.

É o mesmo Partido Socialista que, entre 2018 e 2024, apresentou crescimentos médios da verba para o desporto de 2,8 %, bem inferior aos 46 % do Governo para este ano.

É o mesmo Partido Socialista que ainda ontem foi confrontado na Comissão com o facto de ter medidas para a igualdade de género no desporto, mas não teve verbas para as executar.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Srs. Deputados, fiquem tranquilos, nós temos verbas, nós temos medidas, nós temos estratégia.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Oh! Oh!

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Deixem-nos trabalhar, apoiem-nos, e não tenham receio de dizer bem quando é positivo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — «Deixem-nos trabalhar» foi há 30 anos!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Cavaleiro, é bem verdade que aquilo que foi afirmado por alguns Deputados do Partido Socialista, sobre a proposta do Orçamento do Estado para 2025 na área do desporto, não teve qualquer adesão à realidade. Mas deixe-me dizer-lhe que isto também já não é matéria que nos deva surpreender.

Relativamente ao que afirmou, queria deixar uma nota final apenas: eu tenho muita pena, e nós temos muita pena, que este bolo único que estamos aqui a apresentar de 65 milhões para o desporto não seja o dobro, o triplo, ou mais do que isso, e não foi porque o PRR não tinha inscrito verbas para o desporto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para uma pergunta, a Sr.ª Deputada Mara Lagriminha, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro e Srs. Secretários de Estado, liberdade: liberdade foi a palavra do ano em 2024,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

A Sr.ª **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — ... a mesma palavra que nos remete para a democracia, para o Estado de direito, que só existe com uma comunicação social livre, plural, sustentável.

Liberdade, liberdade que assegure e garanta a independência e não ingerência perante o poder económico e político. Essa mesma liberdade implica a responsabilidade de informar, escrutinar o poder político e de o poder político garantir a separação de poderes.

E é por isso que cabe ao Governo fazer escolhas, ao Parlamento debater, aprovar, alterar ou reprovocar essas escolhas. É a democracia a funcionar, mesmo que o Governo tenha dificuldade em aceitar e mais facilidade, por exemplo, em alterar os *takes* do *Expresso*.

O Governo escolheu anunciar um plano para a comunicação social numa conferência, à pressa, em vez de o apresentar no Parlamento, dialogar com o Parlamento, e aqui encontrar um amplo consenso, num setor que está cada vez mais em estado de emergência e que deve ser considerado uma infraestrutura crítica.

O Governo escolheu usar expressões perigosas e insinuações sobre os jornalistas e o jornalismo, como «soprar no auricular»,...

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É verdade!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — ... ter «jornalistas tranquilos e menos ofegantes», ou seja, declarações indiciadoras do que seguiu: conselhos de ministros com perguntas limitadas ou sem perguntas.

O Governo escolheu apresentar um plano que deveria ser de apoio à comunicação social, mas que se traduziu numa tentativa de redução do financiamento da RTP e que, na prática, o fim da publicidade resultaria numa descapitalização, com danos graves para o serviço público de rádio e televisão. O Governo não dialogou, mas o Partido Socialista, desde a primeira hora, denunciou, alertou e, com este Parlamento, travou o Governo de executar uma medida que colocaria em causa a sustentabilidade da empresa pública.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Sejamos realistas, Sr. Ministro, e verdadeiros. Como sabe o PSD, o contrato de concessão, após a conclusão do Livro Branco do serviço público de rádio e de televisão, ficou na pasta de transição — ficou na pasta de transição! —, e teria sido concluído se o Governo não tivesse caído.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas voltemos à publicidade. Esta não é apenas uma vitória do Parlamento, da oposição, é uma vitória dos cidadãos. É mesmo, Sr. Ministro, uma vitória da democracia que, ao funcionar, impediu uma decisão unilateral desastrosa.

Sr. Ministro, por falar em serviço público, é de escolhas que vamos falar. Queremos recordar aqui a aquisição da Lusa. Ouvimos e lemos as referências ao trabalho do anterior Governo na área da comunicação social, e, sim, certamente houve muito que não fizemos ou não tivemos oportunidade de concluir.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ah!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Mas deixe-me lembrar que numa das maiores crises da comunicação social com o grupo Global Media não virámos as costas, acompanhámos com os vários ministérios, tivemos uma ação interventiva no Parlamento e trabalhámos para resgatar a Lusa de qualquer exposição ao fundo.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Dialogámos, mesmo com uma maioria absoluta, e fizemos um consenso alargado. O PSD recuou, o PSD não pensou no estado de emergência a que a agência poderia ficar sujeita. Felizmente, agora no Governo, o PSD, afinal, percebeu que concluir o processo de aquisição da Lusa era crucial.

Temos memória, Sr. Ministro, e é por isso que também aqui é importante clarificar: qual o modelo de governação? Como está a ser concluída a alteração do contrato de serviço público, que deve preservar a separação de poderes e ser um garante efetivo de que a Lusa estará protegida de qualquer risco de captura política? Como vai o Estado compensar a Lusa? Vai ou não reforçar a indemnização compensatória, para suportar a medida dos descontos nos serviços?

O Governo, nestas 30 medidas, fez escolhas, partilhamos de algumas delas, já o dissemos, mas não deixamos de apontar a falta de rigor, e até de realismo, na calendarização, nos prazos, na definição de critérios e, sobretudo, na previsão e dotação do financiamento para as concretizar. E, para tal, bastam dois exemplos.

Concordamos com a duplicação do porte pago, que deveria estar em vigor este ano e ser apresentada a alteração à lei até ao final de 2024. Foi o Governo que definiu os seus prazos e incumpriu os prazos que o próprio Governo definiu. Por isso, o Orçamento não previu qualquer reforço na dotação.

Concordamos com a medida da oferta das assinaturas digitais a alunos do ensino secundário. Mas nada sabemos até agora: que critérios? Quais os meios aderentes? É para todos os alunos? Ou pretende aqui o Governo seguir o mau exemplo do Ministério da Cultura, que transformou uma medida de inclusão, como o *voucher-livro*, numa medida profundamente discriminatória? Qual o critério, Sr. Ministro?

Por fim, a situação é dramática, como alertou o Presidente da República. Não podemos permitir que a culpa morra solteira, e é por isso que queremos alertar, uma vez mais, para a situação em que os cerca de 150 trabalhadores do grupo Trust In News vivem: há quatro meses com salários em atraso, a lutarem pela manutenção dos títulos.

Falar do plano para a comunicação social e não responder à emergência é ignorar a realidade dos profissionais, e é por isso que o Estado, enquanto credor, tem de ser uma parte ativa para a solução.

Aplausos do PS.

O que tem este Ministério feito junto do Ministério das Finanças e do Ministério do Trabalho?

Por fim, o Partido Socialista estará sempre do lado da solução, do diálogo e da responsabilidade — a responsabilidade de respeitar a Constituição, defender os serviços públicos e a qualidade da democracia; a responsabilidade de, em 2025, fazer da palavra de 2024 uma certeza de liberdade. Seremos esse garante de democracia, porque aqui, sim, Sr. Ministro, ao contrário das suas declarações de hoje, estamos mesmo a «cumprir o equilíbrio que existe nos temas políticos evoluídos».

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrelo): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, agradeço à Sr.^a Deputada Mara Lagriminha as questões que me colocou.

Queria dizer que noto e realço o facto de ter qualificado o setor da comunicação social como estando num estado de emergência. É provavelmente uma evolução, depois de oito anos de um Governo que — vai desculpar-me a expressão mais vulgar — «assobiou para o ar» sobre esta matéria. Não deixo de estranhar que, de repente, tenham percebido que há um estado de emergência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O problema não é só não terem feito nada para contrariar e atenuar este tal estado de emergência. Não é só esse problema.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Fale daquilo que faz! Custa assim tanto?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O problema é, hoje em dia, limitarem-se a tentar desgraduar, desvalorizar o único plano sério, abrangente, consistente que foi apresentado para tentar contrariar o tal estado de emergência. E isso é que não me parece — vai perdoar-me — muito responsável da parte do Partido Socialista.

Aliás, tem um outro argumento que também não deixa de ser notável, que é o argumento do «estávamos quase».

Protestos da Deputada do PS Mara Lagriminha Coelho.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Foi quase!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Portanto, quando não conseguem contrariar o plano, porque, de facto, não conseguem — acabou, julgo eu, com seriedade, por o afirmar na parte final desta sua

intervenção —, acabam por dizer que as medidas até já eram vossas e já estavam ali quase. Estavam quase, não é? O contrato de serviço público estava quase. Eu quero lembrar que a infração legal decorre desde 2019.

Protestos da Deputada do PS Mara Lagriminha Coelho.

Foi em 2019 que deveria ter sido o prazo máximo para ser revisto o contrato. Portanto, o «estava quase», já lá vão seis anos, não é?

Com a matéria da Lusa, a mesma coisa: estavam quase a resolver o problema da Lusa e da Global Media, estava tudo quase, mas não o fizeram, não o fizeram! Como se provou agora, o Governo não precisava do Parlamento. O Governo socialista tinha maioria absoluta, ainda por cima, e não o fez.

Vozes do PS: — Vocês é que o bloquearam!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Nós fizemo-lo quando chegámos, nós decidimos, nós não temos falta de coragem,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — ... nós não estamos a medir, nós estamos a olhar para o interesse da comunicação social, porque esse é o interesse da democracia portuguesa.

Sobre outras questões que coloca, nomeadamente da Lusa, sim, nós vamos reforçar a indemnização compensatória; sim, nós vamos criar um conselho de supervisão, que não existia, e o Partido Socialista nunca o propôs, para garantir a independência.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Vão ler as notícias do passado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Nós não temos irrealismo nos prazos. Eu, aliás, noto isso, vai perdoar-me, até com um sorriso, porque insistem na ideia de que o plano até pode ser bom, mas depois é irrealista nos prazos e nas medidas.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Vocês é que definem os prazos!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Vamos falar, olhe, sobre o contrato de serviço público. Lembra-se do que a Sr.^a Deputada dizia? Dizia que era impossível nós fazermos e concretizarmos a tempo. Ora, ele está aí. Isso vai acontecer também com todas as outras medidas, não tenha dúvidas. Nós vamos mesmo executar, nós vamos concretizar, porque nós somos diferentes do Partido Socialista. Nós estamos aqui para transformar o País e vamos fazê-lo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Para sossegar a consciência da Sr.^a Deputada, deixe-me dizer-lhe que, sobre as duas matérias que referiu, tanto a do porte pago, como a matéria das assinaturas nos alunos do ensino secundário — que é, aliás, para todos, como é evidente, e até vamos alargar, vai ser para todos entre os 15 e os 18 anos —, aquilo que estamos a fazer é que o processo está a culminar, está num processo legislativo final, portanto, nas próximas semanas vai ter certamente novidades, porque, de facto, nós estamos, a alta velocidade, a dar cumprimento à execução desse plano.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Por último, sobre a Trust In News e, portanto, sobre a Visão, o *Jornal de Letras*, etc., — para quem nos ouve perceber do que estamos a falar —, eu já respondi à questão aqui. A questão que falta ser respondida — e a Sr.^a Deputada ainda tem tempo —...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso! Uma pergunta, uma resposta!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... é o que é que o Partido Socialista defende, o que é que o Partido Socialista, se estivesse aqui, no Governo, faria face a este caso concreto.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem ainda a palavra a Sr.^a Deputada Mara Lagriminha.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Vai falar da Efacec!

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o que nós fizemos no passado é muito claro: acompanhámos a situação, quando foi a questão da Global Media, junto do Ministério das Finanças e do Ministério do Trabalho. O que exigimos é que o Sr. Ministro faça o mesmo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro deseja responder?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sim, Sr. Presidente, para dizer que nós acompanhamos, com certeza.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já nem se bate palmas ao Ministro! Como anda este PSD!...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Aqui ninguém anda sozinho, anda tudo acompanhado. Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, nós estamos aqui hoje porque o Governo fez asneira e tentou emendar a mão em dezembro. Este Governo anunciou para dezembro um plano estratégico para o desporto. Não o fez, não o apresentou — para dezembro!

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Esteve tão distraído, aliás, com o desporto que preparou, no Orçamento do Estado, um corte e nem reparou nisso. Depois, anunciou que ia corrigir em sede de generalidade, mas também não corrigiu. Foi preciso a oposição vir, em sede de especialidade, corrigir a mão do Governo e evitar a asneira que seria um corte no desporto.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

E agora estamos a ver claro: tentaram limpar a cara, mas limparam a cara sem plano, sem estratégia, sem metas. Anunciaram, de facto, 65 milhões para o desporto, ao longo dos próximos quatro anos. E não fomos nós que dissemos. Aliás, o Sr. Deputado Paulo Cavaleiro admitiu que foi mesmo por causa do Partido Socialista ter vindo criticar o corte que o Governo ia fazer para o desporto que viram a necessidade de agora anunciar esses 65 milhões.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Deve estar a sonhar!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não interrompam que isto é bom!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Perguntamos, Sr. Ministro: como é que estas verbas vão ser pagas? Vão ser adiantadas para os quatro anos inteiros aos Comitês Olímpico e Paralímpico de uma só vez ou vão pagar em *tranches*, consoante o cumprimento de objetivos? Quem é que vai mesmo ser o dono da obra? Quem é que vai fazer o concurso? Quem é que vai pagar as obras nas instalações desportivas, nos centros de alto rendimento, os projetos, as bolsas, os apoios? O IPDJ (Instituto do Desporto e Juventude) vai ser como até agora? Ou vão esvaziar o IPDJ? Querem extinguir, por outras vias, o IPDJ. Mas, se vão manter o IPDJ, qual é que é, afinal, o papel dos comités?

Protestos de Deputados do PSD.

Será que, como dizem os contratos, vão ser os comités a decidir os projetos? Uma entidade privada a decidir os projetos? Qual é que é o papel, afinal, do Governo? E, se são partilhadas as competências, os 65 milhões vão ser o total que os comités vão investir e o IPDJ mete dinheiro para além disso? Ou afinal os comités vão receber menos dinheiro do que VV. Ex.^{as} anunciaram em dezembro? Se os equipamentos são públicos, já deu conta da burocracia que vai ser necessário fazer? Do ponto de vista administrativo, já pensou no visto do Tribunal de Contas, Sr. Ministro? Já pensou se vai ser necessário o seu colega, Ministro das Finanças, autorizar as verbas que os comités olímpicos e paralímpicos vão ter de utilizar?

E mais! Foi anunciada uma comissão de acompanhamento, mas não existe na resolução do Conselho de Ministros, não existe nos contratos-programa anunciados. Em que é que ficamos?

Protestos de Deputados do PSD.

E ainda em relação às modalidades que não são olímpicas, Sr. Ministro, vai haver algum apoio para estas modalidades também? Olhe, nós dizemos que estamos de consciência tranquila...

Protestos do PSD e da IL.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Inércia!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... porque, entre 2015 e 2024, ao contrário daquilo que aqui foi dito, o orçamento do desporto cresceu 21 %.

Na última vez que o PSD foi Governo, o Sr. Deputado Emídio Guerreiro, não sei se está cá hoje,...

Vozes do PSD: — Está, está!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não fale de mim!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... era Secretário de Estado e deixou menos de 16 milhões de euros para a Missão Olímpica de Portugal de 2016. Ora, nós, para a Missão Olímpica de Portugal de 2024, investimos 22 milhões. Foi mais 40 %, que permitiu a melhor prestação de sempre nos jogos olímpicos!

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

Sei que agora querem aumentar 20 %. Ora, 20 % não é nem metade do que fizemos. Ficamos conversados, Sr. Ministro.

A mesma coisa nos jogos paralímpicos: eram menos de 4 milhões, deixámos 9 milhões, mais que duplicámos. Também tivemos os melhores resultados desde que foi fundado o Comité Paralímpico de Portugal...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PS agora é responsável pelos treinos!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ...e, por isso, queria saudar os atletas, os comités, os treinadores, porque, de facto, é preciso reconhecer e apoiar o trabalho deles.

Em relação aos praticantes, não vamos ficar com uma sondagem como o Sr. Deputado utilizou, vamos falar dos números reais. Em 2015, quando o PSD deixou de governar, tínhamos 566 000 praticantes, hoje temos 774 000, são mais 200 000, é o maior número de sempre.

Aplausos da Deputada do PS Mara Lagriminha Coelho.

Se o número de atletas cresceu 40 %, o número de atletas mulheres cresceu 60 %. É isto que é igualdade de género no desporto, porque foi uma prioridade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Igualdade entre os sexos!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E o que fez o Sr. Ministro com a igualdade de género no desporto, com a primeira estratégia nacional para a igualdade de género no desporto? Pôs essa estratégia na gaveta, deixou o apoio à atleta grávida deserto, cancelou o Prémio Desporto + Igual, adiou a gratuitidade dos cursos para treinadoras e, para compensar, anunciou projetos — projetos que já existiam no PNDpT (Programa Nacional de Desporto para Todos),...

O Sr. **Ricardo Araújo** (PSD): — Isso não é verdade!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... projetos que, divididos por quatro anos, por 560 projetos, dá 3125 € por projeto.

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — Ora bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vou repetir, 3125 € por projeto. O que é que os clubes farão com esse dinheiro para realmente promover a igualdade de género?

Este pacote pode ser histórico, mas vai ser de uma frustração histórica, seguramente, porque, pulverizado pelas diferentes medidas, de facto, resta muito pouco. Nós fizemos as unidades de apoio ao atleta de alto rendimento nas escolas. Como é que vão realmente apoiá-los apenas com 1,5 milhões por ano?

Sr. Ministro, este Governo vai a reboque da oposição, vai na defensiva a emendar o corte que fizeram, vai sem o plano estratégico que tinham anunciado, vai coxo sem se compreender como é que a divisão de tarefas existe entre os comités e o IPDJ, vai espalhado ao comprido e, onde vai, constrói por cima do que o PS fez.

Por favor, esclareça como é que, com estas condicionantes todas, vai realmente cumprir aquilo que...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Costa Matos, eu se fosse Deputado da oposição e viesse aqui falar de desporto nesta altura, também teria muitas dificuldades, portanto, eu compreendo-o.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

De qualquer maneira, deixe-me fazer um apelo a que haja um pouco mais de seriedade no nosso debate público.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Ministro, 3000 € por projeto!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O Sr. Deputado parte de uma premissa, e eu vou citar o que disse: «Este Governo não fez nada. Este Governo veio a reboque do Governo anterior.» A correlação faz sentido, mas não é verdade. Nós não nos limitamos a ir a reboque do Governo anterior porque senão, de facto, não estávamos a fazer nada. Nós estamos a fazer diferente.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Sei que isso pode ser difícil para quem assume que ser Deputado nesta Casa, hoje em dia, na bancada do Partido Socialista, é tentar competir com as alas mais extremistas na oposição veemente, a qualquer preço, sem qualquer pingão de realismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

É um populismo, um populismo levado ao extremo.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Está a falar do CDS?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Estão armados em Bloco de Esquerda?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O melhor exemplo talvez seja este último que deu a propósito da estratégia nacional para a igualdade de género no desporto. Nós tivemos ontem mesmo, Sr. Deputado, uma audição na comissão a propósito deste tema.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

O Sr. Deputado teve a oportunidade de ser esclarecido ao detalhe com cada uma das medidas e hoje faz de conta que não ouviu nada e assume como verdades realidades que não têm nada, não têm nenhuma adesão àquilo que se está a passar no terreno.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

O Sr. Deputado conseguiu dizer, ao mesmo tempo, que metemos na gaveta a estratégia e, depois, que nos limitamos a dar continuidade ao que já vinha. Não bate uma coisa com a outra, não sei se percebeu que entrou em contradição consigo próprio.

Acho que devemos tentar, desse ponto de vista, esclarecer as pessoas com alguma seriedade. Vai perdoar-me que lhe diga, não é? Eu vou tentar esclarecer no que puder e no tempo que tenho.

O Sr. Deputado diz que o Governo fez asneira, não é? Bom, se calhar acha que fazer asneira é termos um investimento e uma aposta única que acho que ninguém contesta. Vai perdoar-me, por muito que tente

distorcer os números, ninguém contesta que nunca aconteceu nada sequer parecido na nossa história de aposta e de investimento no desporto.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Esclareça os números!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E o Sr. Deputado acha que é uma asneira, que o Governo fez asneira. Pronto, fica do seu lado essa opção.

Relativamente ao programa e à forma como vai ser executado, é bom que se diga, talvez para esclarecimento, que hoje em dia quer os comités olímpico e paralímpico quer as federações, ao abrigo da gestão dos contratos-programa, já têm a gestão de muitos desses contratos-programa. Portanto, não há novidade, as federações têm utilidade desportiva precisamente também para este efeito e nós confiamos no movimento associativo, com certeza.

É evidente que temos também uma comissão de acompanhamento, porque estamos a falar de dinheiros públicos, e, portanto, temos de fazer uma monitorização permanente e constante para que, desse ponto de vista, não possamos, de maneira nenhuma, vacilar, nem perdermos uma oportunidade que, de facto, é uma oportunidade transformadora.

Vai perdoar-me que agora não responda, se calhar, diretamente,...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ah, mas devia responder!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... mas é a bem, julgo eu, do benefício do debate que estamos a ter em torno do desporto, e falo daquilo que o Sr. Deputado se esqueceu de falar, que é do impacto profundamente positivo que um programa desta natureza pode ter no País.

Sr. Deputado, não olhe só para a nossa dialética parlamentar como sendo uma competição entre uma bancada e a outra. É suposto todos, se calhar por caminhos diferentes, estarmos a contribuir para vivemos num País melhor e, às vezes, parece que nos esquecemos desse objetivo final.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade! Patriotismo, Miguel, patriotismo!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ora, este programa vai ter um impacto positivo na sociedade portuguesa, na vida dos portugueses, e é isso que tem de ser valorizado, perdoar-me-á, porque nós precisamos.

O Sr. Deputado foi buscar os números lá atrás para dizer «nós é que fomos bons, nós é que fizemos». Ora, a realidade acaba por nos mostrar que estamos na cauda — como, aliás, aqui foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Cavaleiro, que trouxe um estudo europeu —, somos os últimos, os últimos do ponto de vista da atividade física.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Fale do número de atletas!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não estou a culpar ninguém, não estou a culpar o Governo anterior, só estou a incitar o Sr. Deputado, vai perdoar-me, a tentar perceber que temos de fazer alguma coisa diferente. Não basta chegarmos aqui e ficarmos satisfeitos connosco próprios porque, de repente, batemos no peito e dizemos que fizemos mais isto e mais aquilo e mais não sei o quê, mas depois os portugueses não sentem qualquer impacto na sua vida.

Nós queremos mudar isso, queremos, de facto, ter um impacto efetivo na vida dos portugueses, designadamente continuando a promover e apostando no desporto, para que mais pessoas possam ter atividade física em Portugal, para que os atletas, os árbitros, os técnicos, os dirigentes e todos os agentes à volta do setor se sintam mais motivados, com melhores condições, com mais recursos, para podermos levar a bom porto aquilo que eu espero, como aqui foi dito, que seja um desígnio nacional e que é o de incrementarmos o valor, diria até o valor social, que o desporto deve ter na nossa sociedade.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Respostas zero!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Portanto, deixo este apelo genuíno, acredite, para que, designadamente nesta matéria, possamos elevar o debate com mais seriedade para que assim possamos todos atingir melhores resultados.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos agora para a Iniciativa Liberal. Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, não resisto, e dê-me permissão, Sr. Ministro: é preciso ter muito descaramento para dizer que os melhores resultados de sempre nos jogos olímpicos foram por causa do PS.

Risos da IL e de Deputados do PSD.

Os melhores resultados de sempre nos jogos olímpicos — não sei se teve a oportunidade de fazer desporto, mas eu fiz desporto de competição — devem-se ao suor, às lágrimas, às horas investidas, às horas que não tiveram com a família e amigos, para terem os melhores resultados de sempre, Sr. Deputado Miguel Costa Matos.

Aplausos da IL, do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não tem nada a ver com o PS! Nada!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Por isso, Sr. Ministro, voltando ao tema, o desporto é muito mais do que competição e resultados, na minha perspetiva: é saúde, é educação, é inclusão social, mas também é uma ferramenta essencial para a coesão territorial e económica.

Sabemos que o impacto positivo do desporto é muito, não é só físico, é mental, tem a ver com os valores que adquirimos, com as pontes que construímos e com a redução das desigualdades.

Poderia esgotar o meu tempo todo a falar dos benefícios que o desporto tem, mas a verdade é que o desporto continua a ser o parente pobre nas políticas públicas em Portugal e é por isso que queria falar-lhe de alguns dos desafios que os nossos jovens atletas, que os clubes e que os dirigentes desportivos desses mesmos clubes têm.

O Sr. Ministro disse que o desporto teve um grande aumento de investimento, mas parece que estou a ter um *déjà vu*, porque este tipo de discurso é muito parecido com aquele que o Partido Socialista tinha na Legislatura passada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! Batam palmas agora, vá!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Ministro, parece-me óbvio que aumentar o investimento vale de muito pouco se esse dinheiro não chega aos atletas e aos clubes, que é quem realmente aplica esse dinheiro em formação.

A prática desportiva no nosso País enfrenta vários desafios, desde os baixos índices de participação, à escassez de infraestruturas de qualidade, e uma legislação que não responde às necessidades dos nossos atletas e dos clubes. Mesmo com o aumento de verbas, continuamos abaixo da média europeia em investimento público na prática desportiva e queria perguntar-lhe como é que vai garantir que os investimentos anunciados, nomeadamente no plano de investimento para o desporto em Portugal, se traduzem em investimentos concretos para a melhoria do dia-a-dia de clubes e atletas, porque não basta estes objetivos estarem no papel, é preciso que os seus efeitos se façam sentir.

Por outro lado, vemos clubes a lutar diariamente pela sua sobrevivência, muitos não recebem sequer 1 cêntimo do dinheiro por parte das federações e não têm acesso a benefícios fiscais dos patrocínios que conseguem angariar. Falamos de clubes que formam atletas, que mantêm comunidades unidas e que ajudam a construir um futuro melhor, mas que estão abandonados à sua sorte.

Como já disse, não vale de nada dizer que temos o melhor investimento de sempre se esse investimento não tem medidas concretas. Queria perguntar-lhe se tem consciência desta problemática de termos clubes que não recebem sequer 1 cêntimo por parte das suas federações, se tem falado com esses clubes e qual é o panorama que eles lhe transmitem e o que é que vai fazer para assegurar que o dinheiro que as federações recebem, que o maior investimento de sempre, chega efetivamente a quem está a prestar a formação e chega efetivamente aos nossos atletas.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, agradeço as questões que me coloca, bem como toda a intervenção, e deixe-me começar por fazer um especial agradecimento ao facto de, no início da sua intervenção, ter feito uma ressalva muitíssimo pertinente sobre algo que foi dito na intervenção anterior do Partido Socialista e que foi tão errática que, confesso, até me perdi a tentar comentá-la.

Não o fiz e ainda bem que a Sr.^a Deputada o fez. De facto, é preciso algum descaramento para tentarmos trazer, para nós, os louros do mérito desportivo dos nossos atletas olímpicos, mas, pronto, parece que tudo é possível em algumas bancadas hoje em dia.

A Sr.^a **Fátima Correia Pinto** (PS): — Tem de dizer isso ao Montenegro!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Acompanho a Sr.^a Deputada quando se refere aos benefícios do desporto e agradeço-lhe o facto de o ter dito aqui no Plenário da Assembleia da República.

Acho que é muito importante que também no discurso político não tenhamos receio de adotar e de fazer ver à sociedade portuguesa que o desporto tem, de facto, de ser um desígnio nacional. O desporto não é um luxo para alguns, o desporto tem de estar acessível a todos e temos de promover e incentivar o desporto, a prática desportiva, por parte de toda a população portuguesa, independentemente do género, da condição, dos recursos, etc.

Por último, queria deixar uma nota a propósito do investimento, a questão concreta que coloca. Não é bem igual ao que apresenta o Partido Socialista, faça-nos essa justiça, porque nós já decidimos, não anunciámos, para futuro, promessas. Nós, quando anunciámos este programa de medidas, tínhamos, na semana anterior, já aprovado em Conselho de Ministros e alocado o orçamento para este efeito, portanto, há uma diferença.

Agora, é claro — e aí estou de acordo —, temos um desafio pela frente, que é o de executar e concretizar. Nós — eu próprio, o Sr. Secretário de Estado do Desporto e o próprio Primeiro-Ministro — lançámos o repto ao movimento associativo desportivo nacional, designadamente aos comités olímpicos e paralímpicos, às federações e, a partir daí, decalcando os clubes todos do nosso País, de serem eles próprios a acompanhar e a executar este mesmo programa, precisamente para atingir o objetivo que a Sr.^a Deputada, e muito bem, aqui referiu. É essencial que isso chegue onde tem de chegar.

Para isso, nada melhor do que comprometermos quem está no terreno a trabalhar com os nossos atletas, com as nossas crianças, jovens e adultos que praticam desporto no dia a dia.

Devo dizer que temos medidas muito concretas e tenho muito gosto em poder concretizá-las. Isto porque já temos no nosso programa ideias definidas sobre onde esse dinheiro deve ser alocado — fizemos esse trabalho de casa antes de apresentarmos seja o que for. Mas, como é evidente, temos a necessidade de as conseguir agora executar e concretizar, junto do ecossistema desportivo nacional que está no terreno.

Quanto à matéria que mencionou sobre o funcionamento de algumas federações e da sua relação com os clubes, peço-lhe que, se houver alguma situação que lhe pareça ilegal ou irregular, nos faça chegar essa informação.

O que lhe posso dizer no âmbito deste mesmo programa é que o que estamos a tentar fazer é comprometer diretamente os clubes. Temos, aliás, projetos — são mais de cinco centenas de projetos — em que vamos apoiar diretamente clubes para podermos chegar, como a Sr.^a Deputada defendeu, e julgo que muito bem, a quem está verdadeiramente próximo dos portugueses que querem praticar desporto, de modo a podermos criar um impacto positivo com este mesmo investimento.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para continuar a formular perguntas, dou de novo a palavra à Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, os nossos jovens atletas enfrentam dificuldades reais e são unânimes a dizer que a dificuldade é a conciliação dos estudos com os treinos e competições, quer por falta de flexibilidade nas escolas quer por ausência de apoio. É o caso de situações como o simples remarcar de um teste ou exame a que têm de faltar para ir a treinos. Ora, não podemos querer ter os melhores dos melhores e depois estarmos a penalizá-los por esta via. Dou-lhe um exemplo: só quem está na seleção nacional tem direito ao estatuto de atleta de alto rendimento.

Na verdade, existem critérios muito restritos, e vou dar exemplos de dois casos. Um atleta que se lesiona, e que por acaso até já representou a seleção e vai voltar a representar, não consegue ter este estatuto. Existem também atletas que, apesar de não estarem na seleção, estão na 1.^a divisão das suas federações, com os mesmos treinos bdiários e competições, que mesmo assim não têm acesso a este estatuto.

Parece-me que devemos revisitar este estatuto de atleta de alto rendimento, tornando-o menos restrito, e devemos analisar um conjunto de situações que geram injustiças. Queria perceber se o Sr. Ministro está disposto a revisitar este estatuto.

Por último, gostaria de abordar um tema de que já falei na audição aquando do debate do Orçamento do Estado e que diz respeito aos *e-sports*. Tive a oportunidade de falar sobre este tema. Disse que esta modalidade desportiva tem ganho cada vez mais atletas no nosso País, mas não está ainda prevista na lei.

Ora, esta ausência de enquadramento legal tem impacto direto na forma de funcionamento desta modalidade. Por isso, queria perceber se vai ser já nesta Legislatura que estes profissionais de *e-sports* vão ter prevista a sua modalidade na legislação.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Miguel Matos pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz decidiu inventar...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É à Mesa! Isto é uma interpelação?! É uma intervenção!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... que tinha proferido declarações a dizer que, de certa forma, o sucesso nos Jogos Olímpicos estava associado ao Partido Socialista, Sr. Presidente.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso é uma defesa da honra!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E eu pretendia interpelar a Mesa, se me permitir,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... para que seja distribuído um documento.
Posso justificar?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, espere um bocadinho.
Sr. Deputado, a figura da interpelação à Mesa obedece a determinados parâmetros.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É isso que vou procurar cumprir, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, pedia ao Sr. Deputado que fosse direto ao assunto e dissesse exatamente qual o objeto da interpelação à Mesa.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Justamente.

Sr. Presidente, a interpelação era no sentido de esclarecer a Mesa e a Câmara que isso não foi dito e solicitar a distribuição de uma notícia em que o líder parlamentar do PSD diz, pelo contrário, que o Primeiro-Ministro trouxe com ele uma medalha de ouro e uma medalha de prata, e que a sua presença foi um talismã para os atletas nestes Jogos Olímpicos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A interpelação à Mesa é, portanto, no sentido de distribuir a notícia. A Mesa remeter-se-á então ao seu papel de árbitro e fará distribuir a respetiva notícia.

Sr. Ministro, tem a palavra, para responder à Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz, de facto, a matéria da chamada carreira dual, para simplificar, diz respeito a jovens atletas que querem desenvolver a sua carreira desportiva em simultâneo — com toda a legitimidade, julgo — com os seus estudos e a sua vida académica.

Nós estamos a olhar para isso. Não é que não existam já — felizmente existem — algumas bolsas e medidas nesse sentido, mas, no programa que apresentámos em dezembro e de que lhe falava há pouco, uma das medidas, a medida 4, em particular, tem justamente a ver com isso. O que consta desta medida é a aplicação de um montante adicional para um programa de bolsas de preparação de esperanças olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, pensando no ciclo olímpico de Los Angeles 2028 e, no caso surdolímpico, no ciclo olímpico para 2029.

A ideia é tentarmos que entre neste programa o maior número possível de jovens, que deste modo tenham acesso a bolsas também por esta via. Além disso, vamos aumentar exponencialmente o número de bolsas que existem atualmente a este respeito.

Por outro lado, temos também Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola alargadas ao ensino superior, que estão já a decorrer e em relação às quais vamos alocar mais verbas para podermos alargar o número de bolsas atribuídas.

Certamente não vai resolver todos os problemas, mas penso que vai haver um incremento significativo, com um número muito mais elevado de atletas que podem continuar a praticar e a desenvolver a sua atividade desportiva ao mesmo tempo que prosseguem a sua atividade escolar ou académica.

A questão que colocou sobre a matéria dos jogos eletrónicos, ou desportos eletrónicos, melhor dizendo, também me parece particularmente pertinente. Trata-se de uma matéria relativamente nova e, portanto,

estamos abertos com certeza a debater o enquadramento que essa matéria vai ter de ter nas nossas sociedades.

Nesta altura, a nossa predisposição é seguirmos o que consideramos serem as boas práticas internacionais, designadamente as do Comité Olímpico Internacional, pelo que estamos, diria, a encaminhar esses desportos eletrónicos para as respetivas federações desportivas na área, quando é concretizável. Dessa maneira, podem os mesmos ser enquadrados no sistema desportivo existente. Dessa forma, podemos dar o enquadramento legal que por vezes — como disse, e bem — é necessário, até para se poder ter acesso a mais condições, muito embora, também é bom que se diga, não estejamos a falar de desportos profissionais, porque não há profissionais nesta matéria.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma questão final, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, sendo certo que o Governo já não tem tempo para responder.

Mas também fiquei com a impressão de que a pergunta não será bem para o Governo, portanto...

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o setor empresarial do Estado é tão vasto, que o Sr. Ministro também é representante de acionista em duas empresas, pelo menos: a RTP e a Lusa.

Portanto, hoje quero falar consigo rapidamente, o Sr. Ministro enquanto representante de um acionista e eu enquanto representante de 10 milhões de acionistas,...

Risos da IL.

... porque temos de nos preocupar com isso.

Quero falar-lhe do tema das receitas da RTP e da Lusa, isto porque tem sido um representante bastante interventivo do acionista, dando diretrizes a estas empresas. Mas a pergunta que lhe deixo é se vai dar indicações, no que toca à estrutura orçamental destas empresas, no sentido de procurarem aumentar as suas receitas, para não ficarem à espera, depois, das chamadas compensações ou outras designações, que, no fundo, é aquilo que sai do bolso dos contribuintes.

Neste sentido, especificamente em relação à RTP, a pergunta não é bem sobre as diretrizes que deu a Administração da RTP, mas sobre a responsabilidade do Governo. A pergunta é se vão mexer na contribuição audiovisual, na lógica de a aumentar. Isto porque se trata de uma receita muito confortável da RTP, só que é paga por todos os contribuintes, inclusive aqueles que não consomem RTP.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro não tem tempo para responder, de maneira que passamos à ronda seguinte de questões.

Cabe desta vez a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, ouvi com atenção a sua intervenção e notei que escolheu as palavras «democracia» e «liberdade» para a terminar. Também já falou aqui sobre a manipulação de notícias.

Não é novo que há um magnata das redes sociais...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O dono do *Facebook*?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... que tem abusado da sua posição de controlo sobre essas redes sociais para interferir em eleições de países europeus, como é o caso da Inglaterra ou da Alemanha, através da divulgação precisamente de notícias falsas.

Isto mereceu o comentário e a preocupação de governantes por toda a Europa. Pergunto se o Governo e se o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares têm algum comentário sobre esta matéria.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, agradeço a questão.

Sim, é uma matéria que nos preocupa muito. O facto de plataformas digitais e meios digitais, em geral, serem aproveitados para fins menos legítimos — eu diria mesmo ilegítimos, imorais até — para deteriorar e prejudicar as democracias é algo extraordinariamente preocupante.

A verdade é esta: nós ainda não encontramos um antídoto para isto.

Não é só de um magnata — antes fosse! Infelizmente, é mais do que isso, é mais do que um magnata. Hoje em dia são até Estados que deliberadamente patrocinam esse tipo de interferências. Portanto, temos, evidentemente, de olhar para esse problema.

Tenho uma pequena solução, que não vai resolver tudo, mas — perdoem-me a imodéstia — é uma solução que posso apresentar e que apresento já aqui.

Vamos reforçar a comunicação social, chamemos-lhe tradicional, que no fundo é a única comunicação social que existe, é o único jornalismo que existe, pelo menos. Mas, dizia, vamos reforçar esse jornalismo, porque é talvez o único contravapor que podemos fazer, para além de evidentemente haver normas, regulamentos e inibições que, julgo, designadamente a nível europeu, temos tentado aprofundar.

Sabemos que esta é uma matéria extraordinariamente sensível e delicada, porque, a partir do momento em que entrarmos num campo em que estamos a tentar de alguma maneira condicionar determinado tipo de liberdade de expressão, podemos, de repente, com um bom propósito, estar a ferir outros valores que certamente — julgo que ambos — não queremos atingir. Por conseguinte, é um equilíbrio complexo e por isso é que digo que isto é muito difícil.

Seja como for, há uma medida que podemos tomar já: vamos apoiar o jornalismo sério, rigoroso e independente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso existe?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, tem o nosso apoio nessa determinação de apoiar o jornalismo sério, mas também o terá na determinação de aplicar às redes sociais a mesma exigência, o mesmo rigor, a mesma transparência, a mesma fiscalização que se aplicam a outros meios de comunicação social. Só assim é que se travam os «Elon Musks», cujas interferências condenamos.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Censura!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Mas quando falamos em apoiar o jornalismo sério — e ainda bem que o Sr. Ministro aqui falou dessa defesa —, não posso deixar de lhe falar da Trust in News. São jornalistas que estão sem receber há quatro meses, são jornalistas que têm neste momento o seu posto de trabalho na mão dos credores da Trust in News.

Ora, acontece que um desses credores é o Estado. Portanto, aquilo que se está a exigir ao Estado em relação à Trust in News não é o mesmo que se exige em relação a outros grupos de comunicação social. Isto porque, neste caso concreto, há uma assembleia de credores marcada para dia 29 de janeiro em que um dos credores é o Estado, e pode estar nas mãos do Estado viabilizar um projeto que salve os títulos que a Trust in News detém e que são importantes para a defesa do jornalismo sério, como aqui foi dito.

Por isso, quero perguntar-lhe se consegue dar essa garantia aos trabalhadores da Trust in News.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, um comentário apenas: cuidado quando dizemos que devemos aplicar às redes sociais as mesmas regras que aplicamos à comunicação social.

Vozes da IL: — Claro!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Será muito perigoso se, de repente, acharmos que as redes sociais são iguais à comunicação social. Não são! Repito, não são, e é muito importante que toda a gente, todos os portugueses, toda a sociedade perceba que as redes sociais não são comunicação social, não são, de facto, sujeitas a critérios de rigor e, diria até, de credibilidade que tem a comunicação social em geral.

Quanto à questão que me coloca da Trust in News, gostava de lhe dizer, por um lado, que esta é uma matéria que está a ser avaliada também no patamar judicial e, portanto, temos de ser prudentes a esse respeito.

Além disso, quero acrescentar que somos muito sensíveis a esta questão e, por isso, estou naturalmente preocupado com o que está a acontecer agora nesse grupo, como aliás, infelizmente, já vimos acontecer noutros grupos da comunicação social do nosso País.

Não me agrada nada ver títulos relevantes como aqueles na situação em que estão e agrada-me ainda menos ver — não só pela circunstância humana, que desde logo vale o que vale, e não é pouco, mas também pela função que exercem, pois têm de ter um grau de independência e de desafogo até mental para poderem executar bem a sua função — que há jornalistas que estão sujeitos às circunstâncias a que estão hoje em dia.

Agora, isso é diferente de acharmos que o Estado deve pisar o risco de ter uma interferência, uma ingerência que, a prazo, não vai ter um efeito positivo no setor da comunicação social. Pelo contrário, isso iria distorcer um mercado que não deve estar sujeito a atuações que, pelo seu cariz singular e, diria eu, dirigido ao concreto, podem, de facto, criar circunstâncias de injustiça que são perigosas, na minha opinião.

Portanto, evidentemente, como já aqui o disse, nós acompanhamos a situação no estrito cumprimento da lei e, naquelas que são as competências e os poderes do Governo, poderemos tomar medidas, mas não vamos nunca tomar medidas excecionais que deturpem uma imparcialidade que o Estado tem de ter neste tipo de matérias.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Prosseguindo com as suas perguntas, tem de novo a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o que se pede ao Estado não é que interfira na Trust in News, mas apenas que, perante uma possibilidade de viabilização, não condene a Trust in News, aqueles postos de trabalho e aqueles títulos.

Da mesma forma, Sr. Ministro, também não se pede ao Estado que interfira nas redes sociais. Agora, não tenhamos a ingenuidade de não achar que vai haver uma guerra de Zuckerberg e de Musk contra a regulamentação que a própria União Europeia defende das redes sociais,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Censura! Censura!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... que vai haver uma guerra destes magnatas, apoiantes da extrema-direita, contra o *fact-checking*.

Protestos do CH.

Vai haver uma guerra destes magnatas contra a democracia, e é preciso saber de que lado estamos.

Sr. Ministro, por último, queria deixar uma nota de indignação. Saúdo o Sr. Ministro por cumprir a decisão do Parlamento sobre a RTP e sobre a garantia de financiamento da RTP, mas estranho que o Ministro dos Assuntos Parlamentares se sinta tão incomodado com a democracia parlamentar.

Ouvi a entrevista do Sr. Ministro e achei que, mais uma vez, era uma birra contra o Parlamento, por este ter contrariado a decisão do Governo. Mas aquilo que o Sr. Ministro disse foi um bocadinho mais longe. O que o Sr. Ministro disse, em resposta ao jornalista, foi que não é uma democracia porque, de repente, temos um Parlamento que quer tomar decisões sobre salários de gestores, portagens e empresas públicas.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Ora, Sr. Ministro, estranho seria que o Governo decidisse pagar a um gestor mais do que ao Primeiro-Ministro, mais do que ao Presidente da República, e que o Parlamento não tivesse nada a dizer sobre isso.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Estranho seria que o Governo insistisse em manter portagens que condenam o Interior, que são pagas por quem já é discriminado pela interioridade, e que o Parlamento não tivesse nada a dizer sobre isso.

E, portanto, estranho seria que o Governo quisesse condenar a RTP à descapitalização e que o Parlamento não tivesse nada a dizer sobre isso.

Portanto, quando o Sr. Ministro diz, nessa reportagem, que o Parlamento quer tomar decisões em nome do Governo — não, Sr. Ministro, o Parlamento toma decisões em nome do povo português!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O Parlamento toma decisões em nome do povo português. E se o Sr. Ministro, em algum momento, achou que estava em causa a democracia nas decisões que o Parlamento tomou em algumas destas medidas, o que lhe pergunto é: porque é que não foi ao Tribunal Constitucional?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Porque é que não enviou essas decisões ao Tribunal Constitucional, quando, no passado, já o foi feito, alegando-se que violavam a separação de poderes, alegando-se que o Parlamento estava a ingerir-se nas competências do Governo?

Se não é assim, o que lhe peço, Sr. Ministro, é que não utilize expressões tão graves, como referir que o Parlamento atenta contra a democracia por exercer as suas competências e a vontade do povo português.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, sim, nós acreditamos no *fact-checking* e achamos que não deve cair de maneira nenhuma. Um bom exemplo disso mesmo é que, no contrato de serviço público que propusemos para consulta pública, prevemos que, precisamente, a RTP possa ter um papel mais ativo no combate à desinformação também por essa via. E, portanto, relativamente a isso, para nós, não há qualquer hesitação.

No que diz respeito à possibilidade de viabilização da Trust in News, que aqui refere, há elementos técnicos — não vai ser com interferência política —, no setor público, que vão olhar para essa matéria e vão decidir da forma que considerarem mais pertinente a esse respeito.

Relativamente à afirmação que eu fiz sobre a atuação do Parlamento, é evidente que o Parlamento tem todo o direito e tem a ver com tudo neste País, portanto, pode falar sobre tudo como muito bem entender. Nós temos é uma Constituição que prevê competências para os diferentes órgãos de soberania, porque é assim que funcionamos dentro do princípio da separação de poderes. E aquilo que eu lamento é que haja uma vontade de coligações negativas, de repente, de querer boicotar a ação do Governo,...

A Sr.^a **Mara Lagriminha Coelho** (PS): — É o Parlamento todo menos a AD!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... através de medidas que, vai-me desculpar, não me parecem razoáveis, nem são prática na nossa vida democrática.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos das Deputadas do PS Mara Lagriminha Coelho e Marina Gonçalves.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada Joana Mortágua ainda tem tempo. Quer voltar a usar da palavra?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, é apenas para repetir ao Sr. Ministro o que eu disse há pouco: se o Sr. Ministro está convencido de que a ação do Parlamento colide com a Constituição e com a divisão de poderes que constitucionalmente devem ser respeitados, então, nesse caso, desafio-o a ir ao Tribunal Constitucional. Mas o Governo não foi por um motivo: é porque não tem razão.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O Parlamento tem toda a legitimidade de legislar sobre as matérias que legislou.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro já não tem tempo para responder e a Sr.^a Deputada já não deve querer utilizar aqueles 3 segundos que ainda lhe sobram. Portanto, passamos ao PCP.

Para fazer perguntas ao Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro, o senhor deve um agradecimento a esta Assembleia e, particularmente, às oposições, porque resolveram um problema que o Governo criou e que se arriscava a ser um grave problema para a RTP, que era a redução, a tendencial supressão, da publicidade na RTP.

O facto de o Sr. Ministro se ter visto livre desse problema dá-lhe a tranquilidade com que vem aqui, hoje, falar do contrato de concessão de serviço público da RTP. É que se não fosse isso, e se o seu Governo estivesse aqui, hoje, outra vez, a abusar da disciplina do Grupo Parlamentar do PSD na defesa encarecida dessa ideia do Governo,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mais uma vez!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e se estivesse aqui, outra vez, a ter de defender a bondade dessa medida da supressão da publicidade na RTP,...

O Sr. **Ricardo Araújo** (PSD): — Os defensores da publicidade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... não estaria com a tranquilidade com que está hoje e voltaria a sair de padiola, como aconteceu da última vez em que esteve aqui a defender a bondade dessa medida.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Os defensores da banca! Do grande capital!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Ministro, o Governo faz muito bem em apresentar o contrato de concessão da RTP, que deve ser, obviamente, analisado. É criticável o facto de os Governos anteriores não o terem feito, quando o deviam ter feito e não o fizeram. Essa crítica é justa.

Mas, Sr. Ministro, a questão é que, na profunda crise por que passa o setor da comunicação social em Portugal, diríamos que o setor público da comunicação social tem problemas que devem ser enfrentados. O Sr. Ministro deve posicionar-se perante a crise do setor, mas este está muito longe de ser o maior dos problemas.

O maior dos problemas que se vive no setor da comunicação social em Portugal é, desde logo, a excessiva concentração dos meios de comunicação social, que limita gravemente a pluralidade e o pluralismo da comunicação social; é a elevadíssima precariedade profissional, designadamente dos jornalistas, o que põe em causa, óbvia e conseqüentemente, a sua independência enquanto jornalistas; e é, também, a crise empresarial do setor, de que temos visto expressões relacionadas com alegadas reestruturações, que se traduzem em perda de postos de trabalho e em despedimento de profissionais do setor.

De facto, temos de voltar à questão mais recente que está em cima da mesa, que é a da Trust in News. O Sr. Ministro vem aqui partilhar uma preocupação que, obviamente, é justíssima, mas vem dizer que o Governo tem de preservar a sua neutralidade. Ora, nós discordamos, Sr. Ministro,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ah!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... porque o Governo não é neutro nesta questão, desde logo porque o Estado é, porventura, o maior credor da Trust in News. Vai haver uma assembleia de credores, creio que no próximo dia 29 deste mês, e o maior credor tem de se posicionar, como acontece em qualquer processo de insolvência de uma qualquer empresa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Todas as empresas têm de ser tratadas com grande consideração, mas estamos a falar de um setor crucial para a democracia, que é o setor da comunicação social.

É sabido que estão aqui em causa 140 postos de trabalho, mas também títulos — como já aqui foi referido por vários Srs. Deputados e reconhecido pelo Sr. Ministro — de grande prestígio na comunicação social portuguesa.

Ora bem, se o Estado é o maior credor, o Estado é parte. E é preciso que o Estado se posicione. Há um plano, que foi anunciado pela anterior Administração, que iria ser levado à assembleia de credores, mas o que é que o maior credor pensa disso? O Governo tem de se posicionar. Há grupos de média interessados em adquirir estes títulos? Importa saber isso, importa saber qual é o posicionamento do maior credor.

O Estado tem a possibilidade de converter as dívidas, os seus créditos, em capital e assumir uma posição concreta relativamente à salvaguarda do grupo e dos postos de trabalho. Está o Governo disponível para o fazer? Era muito importante ter uma posição muito clara do Governo sobre esta matéria, para sabermos se o Governo se fica pela preocupação ou se quer ter um papel concreto para a sua resolução.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Deputado António Filipe a intervenção e as questões que me coloca.

De facto, reconheço o seguinte: acho que a solução que encontrámos para a matéria da publicidade na RTP foi feliz e acompanho-a. Nós não vacilámos na nossa convicção original. Nós achámos — e achamos, hoje em dia — que esta medida era uma oportunidade para a RTP se diferenciar, se aproximar de públicos e, portanto, dessa forma, ganhar mais relevância, para o serviço público de televisão ter mais impacto na nossa sociedade.

Isso não foi entendido, designadamente pelo Parlamento, mas isso também não é um problema, porque o objetivo final que pretendemos é, de facto, ajudar a modernizar a RTP, aproximar a RTP dos portugueses, e isso vai-se conseguir fazer independentemente dessa mesma medida. De qualquer forma, o contrato tem bem expressada uma recomendação da qual, no momento que acharem adequado, certamente, os órgãos de gestão da RTP poderão, eventualmente, fazer uso.

Queria dar-lhe nota do seguinte: acompanho a preocupação no que diz respeito a uma potencial excessiva concentração de meios na comunicação social portuguesa. É uma tendência que não é só portuguesa, infelizmente, e à qual temos de estar, de facto, muito alerta, porque a verdade é que a tendência está a ir nesse sentido, pela própria lógica do mercado audiovisual e da comunicação social, em sociedades abertas como a nossa. É por isso que também estamos a apostar fortemente do ponto de vista legislativo, não só transpondo diretivas europeias, mas olhando também para a nossa realidade, no sentido de tentarmos criar uma blindagem, digamos assim, para os riscos que existem, se essa concentração ultrapassar, de facto, determinado tipo de limites — acho que, neste caso, compartilhamos a mesma posição.

Ora, já tenho mais dificuldade em acompanhar o seu ponto de vista a propósito do caso Trust in News, naquela que é a circunstância de um conjunto de títulos em Portugal — repito-o, e é bom que fique claro —, no que diz respeito à preocupação e até ao lamento e à angústia de ver aquela circunstância a acontecer.

Mas, vai-me perdoar, eu acho que o Estado tem mesmo de ter uma posição imparcial. O Estado é, como disse, credor.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Portanto, nós não estamos a falar de dinheiro do Estado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É, é! É dinheiro do Estado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Aliás, respondendo ao Deputado Rodrigo Saraiva, o Estado não é acionista da RTP e depois há um acionista do outro lado. Não! Somos todos, o dinheiro é de todos nós, em todo o caso.

Portanto, nós não podemos olhar para aquela dívida e perdoá-la ou encontrar uma outra fórmula, porque estamos a falar do dinheiro dos portugueses.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora aí está!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Assim sendo, a posição do Estado, desse ponto de vista, vai-me perdoar, não pode ser de tratamentos de exceção,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... mesmo quando estamos a falar de um setor que sabemos ser muito importante, e fartei-me de o dizer durante o dia, aqui.

Mas a verdade é que nós, até por essa via, também não vamos estar a fomentar empresas que são inviáveis e que, em alguns casos, são mal geridas, são geridas de forma irresponsável, pois de repente é o

Estado ou o dinheiro de todos nós que vai estar a alimentar essa circunstância. Essa avaliação tem de ser feita e, se estivermos nesse caso, acho que todos nós compreendemos que não pode ser por essa via que o Estado salva ou apoia circunstâncias desta natureza.

Bem sei que o Sr. Deputado defendeu uma coisa um bocadinho diferente. Acaba por ser dinheiro dos portugueses na mesma, mas não é um caminho — julgo eu, pelo menos não me apercebi disso — que tenha sido defendido por outras forças partidárias, que é uma espécie de nacionalização, digamos assim, daqueles órgãos, nomeadamente transformando em capital aquilo que é a dívida. Mas, no fim, acaba por ser a mesma coisa, porque é o dinheiro dos portugueses que está em causa e que, na minha opinião, vão-me perdoar, não pode estar vulnerável a decisões políticas desta natureza.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

Pausa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, eu queria, antes de gastar os 2 segundos de que disponho, interpelar a Mesa para justificar porque é que vou usar os 2 segundos. Na verdade, o Sr. Ministro ainda dispõe de 40 segundos, e os 15 segundos de tolerância serão suficientes para que o Sr. Ministro possa responder.

Portanto, se o Sr. Presidente me der a palavra...

Pausa.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Damos os 3 segundos ao PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não pode! Não pode! É ilegal!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — São 5 segundos mais 15.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Agradeço, mas não é necessário. Sr. Presidente, é o seguinte...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está a propor uma ilegalidade!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a questão é a seguinte: os créditos que o Estado tem no processo de insolvência da Trust in News são, ou não, dinheiros públicos? E esses dinheiros, que são públicos, devem, ou não, ser salvaguardados? Portanto, o que é que o Governo vai fazer para os salvaguardar?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, a questão é muito pertinente. É precisamente esse o ponto; o critério do Estado, nomeadamente na assembleia de credores, é precisamente esse: qual é a melhor forma de salvaguardar o interesse público e os dinheiros públicos?

Vai ser essa a posição do Estado, não tenha dúvidas.

Mas não podemos é interferir nesse princípio, nesse critério, utilizando outro tipo de argumentação que não seja essa, muito rigorosa, como lhe digo, e — perdoe-me utilizar outra vez a expressão — muito imparcial, desse ponto de vista: é o interesse público que tem de estar em causa e é esse que tem de ser defendido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, não há palmas para o Ministro?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Viramos mais uma página do debate. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, sempre que falamos de comunicação social, falamos do mesmo, de um setor essencial para a preservação da democracia e para o escrutínio da atividade política que está a sufocar.

Em 2023, as conclusões do Inquérito Nacional às Condições de Vida e de Trabalho dos Jornalistas em Portugal foram claras: os jornalistas estão cansados, esgotados e pressionados.

Os baixos salários são a característica do setor, com trabalhadoras e trabalhadores a fazer horas extra não pagas. A precariedade é vista com uma normalidade atroz e o desequilíbrio entre a vida pessoal e profissional é avassalador.

Já estivemos em risco de perder a TSF e o *Diário de Notícias* e agora estamos em risco de perder a *Visão*.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que chatice! Perder a *Visão*?!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — O Livre olhou para o Plano de Ação para a Comunicação Social e não viu, nas 30 medidas, uma única medida para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos jornalistas. Não há uma medida para o aumento dos salários e não há uma medida que garanta o financiamento do setor de forma livre e independente.

No Orçamento do Estado, foi chumbada a proposta do Livre para garantir esse apoio, mas não desistiremos. Daqui a umas semanas debateremos, nesta Casa, uma proposta do Livre para garantir o estatuto de utilidade pública às organizações jornalísticas sem fins lucrativos, um jornalismo livre do poder económico e que dá voz a quem não a tem.

Não podemos continuar com os olhos fechados aos perigos que nos ameaçam, cá dentro e além-fronteiras. Os super, hiper, mega ricos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Epá!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — ... nos quais a direita continua a não querer tocar, chegam a influenciar democracias, controlando também órgãos de comunicação social e o espaço mediático.

O que têm a dizer os paladinos da liberdade de expressão sobre a recusa da publicação de um *cartoon* crítico de Bezos no *Washington Post* há dias,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — ... apenas porque o dono da Amazon detém esse título?

O que vai fazer, Sr. Ministro, o Governo quanto à questão do domínio da comunicação social por entidades deste género? Será possível garantir a independência da nossa comunicação social?

Os magnatas do mundo digital e das redes sociais vão continuar a fazer de tudo para controlar os nossos meios de comunicação social e difundir as mentiras e mensagens de ódio que alguns tanto gostam de reproduzir.

Para além de umas formações para jornalistas fazerem jornalismo e terem cuidado com a desinformação ou a utilização da inteligência artificial,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... o Governo não apresenta uma única medida para a taxação das grandes plataformas digitais.
Sr. Ministro, o que vai o Governo fazer quanto a esta matéria?

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Não é aceitável continuar a fechar os olhos. Não é aceitável continuarmos com órgãos de comunicação social dedicados à desinformação e registados na ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) — todos sabemos de quem estamos a falar —, não é aceitável continuarmos a não estar disponíveis para a regulação da inteligência artificial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, o *Twitter* era tão bom! Agora já não presta?!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Precisamos de apoiar o jornalismo sem fins lucrativos, de investir na transparência de quem detém órgãos de comunicação, de uma regulação robusta e eficaz para defender a democracia. Enquanto assim não for, enquanto não agirmos com urgência, as notícias não serão boas em 2025, Sr. Ministro, infelizmente.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Foi o ChatGPT que escreveu a intervenção, não foi?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Filipa Pinto, agradeço o facto de ter trazido este diagnóstico, designadamente aquilo que emana do próprio Congresso dos Jornalistas no início de 2024, quase há um ano, e que, de facto, denota um estado de emergência, como alguém já o disse hoje, no nosso debate.

É, de facto, uma situação preocupante. É, como eu costumo dizer, uma crise profunda e estrutural, porque não é cíclica: tem razões que conhecemos e tem muito a ver com uma mudança do ponto de vista dos nossos hábitos quotidianos, por influência da tecnologia que entrou nas nossas vidas de forma relativamente rápida.

Portanto, gostava apenas que a Sr.^a Deputada pudesse ter concluído esse diagnóstico dizendo: «Ainda bem que há um Governo com coragem de apresentar um plano de ação, o primeiro neste século, verdadeiramente virado para resolver, ou, pelo menos, atenuar esses problemas.»

Já o temos dito, não é um plano perfeito. Nós próprios estamos disponíveis e interessados em reavaliá-lo dentro de um ano, para podermos colmatar aquilo que não está a correr bem, para podermos intensificar aquilo que está a correr bem e, dessa maneira, podermos ter melhores resultados, todos juntos.

Mas, deixe-me dizer-lhe que a Sr.^a Deputada talvez não tenha visto esse plano com tanta atenção quanto ele merece, na minha opinião, perdoe-me a imodéstia.

É que, de facto, nós temos medidas. Cito mesmo a medida 14, «incentivo à contratação de jornalistas e à retenção de talento», em que, nomeadamente do ponto de vista salarial, temos medidas muito concretas de apoio.

A medida 15 fala do «incentivo à contratação do primeiro jornalista», em que o Estado se predispõe precisamente a pagar salários para quem contrata o primeiro jornalista em órgãos de comunicação social, nomeadamente, como sabemos, em muitos casos, em órgãos de natureza local ou regional.

Temos a medida 17, que prevê formações para jornalistas na área digital e da inteligência artificial, precisamente para podermos colmatar uma das causas para, hoje em dia, termos os problemas de precariedade e desemprego no setor do jornalismo. Acreditamos na tecnologia, mas acreditamos que o elemento humano de um jornalista é imprescindível em todas as redações. É por essa razão que queremos ajudar a adaptar os jornalistas a esta nova vaga, porque, à época da sua formação, estas matérias ainda não eram pertinentes.

Portanto, isto é para dizer que estamos, também nessa matéria, a trabalhar. Vai-me perdoar, mas julgo que o plano, desse ponto de vista, é bastante abrangente e toca em todas as áreas.

E temos medidas para além do plano. Já aqui foi referido hoje, por exemplo, no que diz respeito à quota anual paga pelos jornalistas para terem acesso à sua carteira, que tomámos já uma medida que, se não fosse tomada — porque havia uma decisão do Governo anterior num sentido diferente —, iria causar muitos problemas à vida concreta de muitos jornalistas que, como sabemos, vivem em circunstâncias de precariedade e, quando não é de precariedade, é de salários manifestamente baixos.

Deixe-me responder-lhe que às vezes há alguma confusão quando se fala em taxação de plataformas digitais. É que há uma vaga que alguns partidos — nomeadamente neste Parlamento — defendem, de taxação dessas plataformas por considerarem que têm lucros excessivos, indevidos, ou o que seja, e que, portanto, devem ser taxadas de maneira diferente.

Uma coisa um bocadinho diferente é acharmos que a comunicação social deve ser compensada por aquilo que se passa nas plataformas digitais.

É uma relação diferente, é diferente da chamada «taxa Google», ou outras; já lhe chamaram nomes muito diferentes e não vou agora concretizar. Estamos aqui a falar de outra matéria e aí também já temos feito muito a esse respeito.

Volto ao plano, se me perdoar. Há uma medida que fala das plataformas digitais. Peço imensa desculpa, já a encontrarei.

Pausa.

É a medida 13, «integração das plataformas digitais nas soluções para o setor». É precisamente aí que temos medidas muito concretas, também para tentarmos chegar a um entendimento.

Estamos em contacto, hoje em dia, com as plataformas digitais, designadamente pela abrangência do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos que está em vigor no nosso País, para podermos encontrar um caminho conjunto para as plataformas contribuírem e para compensarem os órgãos de comunicação social.

Por último, quanto à matéria da concentração da propriedade dos meios que aqui referiu, temos, a nível legislativo, um código da comunicação social que estamos a levar a efeito. É também uma das medidas para a qual faço um apelo, porque este código tem de ser manifestamente consensual entre todos nós. Já tivemos reuniões de trabalho, nomeadamente com o Livre, e queremos aprofundar...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, apesar de saber que não vou ter resposta, na questão do plano refere a retenção de talento e o incentivo à contratação, mas queria saber era sobre os salários e o combate à precariedade no setor, e lá não tem nenhuma medida.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos agora ao CDS-PP e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria começar a minha intervenção por me dirigir à Sr.^a Deputada do PS Mara Lagriminha para lhe dizer que ainda bem que o ano de 2024 foi um ano de liberdade.

Protestos da Deputada do PS Mara Lagriminha.

Foi precisamente essa liberdade que permitiu que os portugueses livremente tivessem dado uma vitória à Aliança Democrática...

Aplausos do PSD.

... e livremente tivessem colocado o Partido Socialista na oposição, esperemos nós que por muitos anos, para o bem do País.

Por isso, ainda bem que o ano de 2024 foi um ano de liberdade. Viva a liberdade em 2024!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cinquenta Deputados do Chega!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Ministro, permita-me começar por saudá-lo, por saudar a sua intervenção e as explicações claras que deu a esta Câmara.

Dos vários pontos que abordou na sua intervenção, gostaria de centrar as minhas perguntas no setor da comunicação social.

É inegável que os desafios que o setor enfrenta exigem respostas integradas e abrangentes. Há muitos anos que se fala na crise...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Do CDS!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... no setor da comunicação social. Só é pena é que tenhamos tido de esperar tantos anos...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... para que um governo do PSD e do CDS tivesse apresentado, finalmente, as respostas necessárias para enfrentar os desafios da comunicação social e dos profissionais do setor.

Por isso, Sr. Ministro, é no âmbito destas matérias que gostaria de fazer as seguintes perguntas.

Em primeiro lugar, quero começar com a Trust in News. Sabemos que a Trust in News acumulou dívidas de mais de 35 milhões de euros e que, dessas dívidas, 17 milhões de euros são devidos ao Estado, ao fisco e à Segurança Social. Ou seja, o Estado é o maior credor da Trust in News.

Estava a ouvir as perguntas que vários Deputados da esquerda fizeram ao Sr. Ministro sobre esta matéria e fiquei sem perceber: Srs. Deputados dos partidos de esquerda,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Extrema-esquerda!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... o que é que querem?

Querem que o Governo dê instruções à Autoridade Tributária e à Segurança Social para pressionar essas dívidas e esses créditos?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Querem, querem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Querem que o Governo dê instruções diretas à Autoridade Tributária e à Segurança Social para que estas entidades perdoem essas dívidas a esta empresa, é isso que querem?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Porque se é isso que querem, Srs. Deputados, tenho uma novidade: é que isso é ilegal! A Autoridade Tributária e a Segurança Social não podem perdoar dívidas às empresas. Por isso, aquilo que os Srs. Deputados estão a fazer, com enorme demagogia, é exatamente propor uma solução que é absolutamente ilegal.

Ou, por outro lado, querem a nacionalização da empresa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Boa pergunta!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Querem que o Governo faça e aplique a doutrina Efacec do Partido Socialista?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! Ora bem!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pois bem, por isso mesmo, a primeira pergunta que gostaria de fazer, Sr. Ministro, é se o Governo garante a esta Câmara que em circunstância alguma vai dar instruções à Autoridade Tributária e à Segurança Social para interferir neste processo e, por outro lado, que em circunstância alguma nacionalizará a empresa.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, agradeço a questão que me coloca e que me permite reafirmar uma perspetiva importante num tema que é importante, até por princípio, diria.

Mas o Sr. Deputado vai-me perdoar que responda, ainda, a uma questão anterior, que ficou um pouco pendente, e que se prende com os incentivos à contratação. De facto, aí, estamos a falar de salários e de combate à precariedade. Nas medidas que temos pensado, por exemplo, prevemos que haja um valor em que o Estado apoia o salário, é para isso que há a contratação, nomeadamente, num montante que é de 1130 € do Estado. É de salários que estamos a falar. E no combate à precariedade, quando falamos em retenção, também tem a ver com os jornalistas que não estão no quadro — vamos chamar-lhe assim, para facilitar —, mas que podem ser contratados, com o apoio do Estado, portanto, combatendo a precariedade. Portanto, temos, de facto, medidas concretas também para esse efeito.

A questão que o Sr. Deputado Paulo Núncio me traz tem precisamente que ver com isso. Subscrovo e acompanho a sua introdução. Aliás, o Sr. Deputado é, reconhecidamente, um especialista em matéria fiscal,...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Um especialista?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — ... conhece muito bem estas matérias e sabe que é assim.

Queria dizer apenas que a situação, evidentemente, nos preocupa, como certamente preocupa o CDS-PP, e a maneira de combater isso não é, de facto, de forma casuística, incorrendo, até, eventualmente, em ilegalidades para interferir numa determinada circunstância, mas trata-se de, a jusante, olhando para o setor da comunicação social, como estamos a olhar, tentarmos, de alguma maneira, impedir que este tipo de circunstâncias aconteçam, dando outras condições para que a comunicação social possa prosperar e que os diferentes meios de comunicação social, estejamos a falar de grupos de comunicação social, estejamos a falar do pequeno meio de comunicação social local, que também tem um papel muito importante no equilíbrio da nossa sociedade, possam ter condições para não chegarem a uma circunstância como aquela a que, no caso de que aqui hoje falamos, o caso da Trust in News, infelizmente, se chegou.

Valorizamos, evidentemente, os títulos que estão em causa, temos consciência do processo por que estão a passar os jornalistas destes órgãos, mas, evidentemente, enquanto responsáveis políticos, não podemos ter uma atitude diferente do que aquela que o Sr. Deputado aqui enunciou. A atitude é muito clara do ponto de vista da — uso esta expressão, perdoar-me-ão — imparcialidade,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Trata-se do cumprimento da lei!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... no sentido em que não há uma opção política, nem pode haver uma interferência política, numa decisão que tem regras legais, que, felizmente, tem instituições da Administração Pública, como a Autoridade Tributária, que desempenham a sua ação de forma imune ao que seria uma interferência política e que seria, julgo, muito nefasta...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E ilegal!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... numa circunstância como esta.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Nuncio, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a segunda pergunta tem que ver com o novo contrato de concessão da RTP.

Em que medida é que este novo contrato vai melhorar o serviço público? Em que medida é que vai beneficiar os cidadãos? Já agora, como é que a questão da publicidade é tratada neste novo contrato de concessão? Isto para salvaguardar o PCP, que continua muito preocupado com o futuro dos grandes anunciantes na RTP.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Também não é bem assim!

Vozes do PSD: — Estão preocupados com as bolachas e com a banca!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, muito obrigado pela questão, que confesso que julgava que iria ser debatida de forma um pouco mais exaustiva, no debate de hoje e, infelizmente, não o foi. Não tenho muito tempo agora, mas digo-lhe que a ideia fundamental é, no fundo, a de trazermos a RTP para o mundo de hoje e prepararmos a RTP para os anos que aí vêm.

A RTP tem vindo, aliás, como a generalidade das televisões e das rádios, a perder audiência e, portanto, a perder relevância, infelizmente, na nossa sociedade. Queremos inverter essa tendência, dando-lhe outras ferramentas e trazendo-a para o século XXI. Para isso, estamos, também, a apostar muito na proximidade ao território. Temos, por exemplo, uma medida em que vamos, através de contrato de decisão, escolher um serviço de programas, um canal, que vai ser emitido a partir do centro de produção do Norte, por exemplo, no Porto.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E vamos apostar nos Açores, na Madeira, na RTP África, vamos apostar na RTP junto às nossas comunidades, para termos uma maior proximidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, tem a palavra para formular as suas perguntas.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais Membros do Governo, relativamente a um dos temas que já foi abordado, gostaríamos de perceber, numa perspetiva de melhoria contínua do acesso aos cargos públicos, sobre o qual o PAN já tinha questionado o Governo, se haveria, ou não, disponibilidade para que estes cargos — falo do Secretário-Geral — passassem a ser preenchidos por

concurso e não apenas com o cartão partidário. Tendo em conta a responsabilidade do cargo e a opacidade com que decorreu a alteração do diploma, parece-nos que a partilha da informação que já solicitámos seria um exemplo importante.

Assim, gostaríamos de perceber se o Governo vai ou não fazer chegar, tal como o PAN solicitou, os documentos preparatórios da alteração ao diploma, e também se estão disponíveis para visitar o sistema de nomeação e tornar estes cargos públicos.

Quanto às demais questões, ainda indo ao desporto, e tendo em conta que hoje já temos respostas por parte do Sr. Ministro em relação ao compromisso de garantir que há mudanças em matéria de igualdade de género, temos de garantir que estas mudanças não se materializam apenas na dimensão salarial. Falo, por exemplo, de casos como o da Itália, que recentemente garantiu que, por exemplo, as desportistas, para estarem protegidas no contexto da gravidez, conseguem ver os seus contratos renovados.

Pergunto se, nas tais alterações de que o Sr. Ministro já falou, está, ou não, a pensar em medidas desta natureza, como também na dimensão do fim de carreira, porque ao contrário, por exemplo, dos jogadores ou dos desportistas, as desportistas não têm a mesma possibilidade, por exemplo, de estarem a treinar clubes ou até mesmo à frente dos seus órgãos de gestão, como têm tido, até aqui, os desportistas.

Por essa razão, é preciso criar um caminho que garanta uma maior proteção, não apenas do ponto de vista salarial, mas também na gravidez, no final de carreira e no combate à discriminação.

Nesse sentido, pergunto se está disponível para dar continuidade a uma proposta que o PAN, na Legislatura passada, fez aprovar na Assembleia da República, que se prendia com os canais de assédio e de denúncia, e que não está ainda implementada em todo o território nacional.

Entendemos que, efetivamente, as questões da igualdade de género são muito prementes. Não posso deixar de concluir, lembrando, Sr. Ministro — e apesar de não ser a sua tutela —, que, hoje, Portugal perdeu mais uma mulher às mãos da violência doméstica e, por isso mesmo, esta tragédia tem de ser combatida em todas as suas dimensões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, de facto, as matérias que aqui nos traz são importantes, designadamente, na matéria da igualdade de género e na questão da gravidez.

De facto, na estratégia nacional para a igualdade de género no desporto, essa matéria está prevista. Houve um grupo de trabalho que laborou intensamente durante algum tempo à volta disso, ainda na vigência do Governo anterior, e que deixou um relatório final. Estamos a concretizar esse relatório, mas, infelizmente, essa medida concreta para as grávidas, que lá estava, iniciou-se no início de 2024 — portanto, ainda no Governo anterior — e não teve adesão. Vamos tentar que, em 2025, tenha, de facto, um outro impulso, para que muitas mulheres que estão nessa circunstância possam aceder a um apoio específico a esse respeito.

O mesmo vale para o pós-carreira. Hoje, felizmente, já não temos distinção no pós-carreira entre homens e mulheres na lei — isso já está absolutamente claro —, mas reconhecemos que se trata de uma matéria que temos de continuar a acompanhar sem qualquer hesitação.

No que diz respeito ao canal de denúncias, aí, devo dizer que o Regime Jurídico das Federações Desportivas já o prevê desde que a lei foi alterada, e na renovação do estatuto de utilidade pública desportiva das diferentes federações estamos a exigir que o mesmo exista. Portanto, as federações que não tiverem um canal de denúncia não vão ver o seu estatuto de utilidade pública desportiva renovado.

Por último, quanto à questão inicial que me coloca, relativamente ao Secretário-Geral do Governo, trata-se de uma matéria longa, que certamente mereceria um debate mais profundo sobre a natureza deste tipo de órgãos. É evidente que, por princípio, não devemos fugir à hipótese, ou sequer rejeitar a hipótese, do acesso por concurso, seja onde for, quando estamos a falar de funções públicas. Contudo, é importante que tenhamos o sentido de equilíbrio de perceber que, para recrutarmos pessoas para este efeito, que são funções no seio da Administração Pública, estritamente administrativas — é importante que se perceba isto —, temos também de ter o cuidado, e diria o bom senso, de perceber qual é o limite até onde devemos ir. Mas trata-se de um debate que, com certeza, poderemos todos ter.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Com isto, terminamos este ponto da ordem de trabalhos e a nossa ordem do dia. Vou pedir à Sr.^a Secretária da Mesa o favor de ler quem é que esteve presente remotamente.

A Sr.^a **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara que estiveram a assistir, por videoconferência, os Srs. Deputados Telmo Faria, Olga Freire, Flávio Martins, Amílcar Almeida e Pedro Coelho, do PSD, Isabela Oneto, do Partido Socialista, e Henrique Rocha de Freitas, do Chega.

O Sr. **Presidente**: — A ordem de trabalhos da nossa sessão de amanhã, às 10 horas, consiste, no primeiro ponto, na discussão, na generalidade, por fixação da ordem do dia requerida pelo Partido Socialista, do Projeto de Lei n.º 264/XVI/1.^a (PS) — Procede à terceira alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, alterando alguns dos requisitos para a realização da interrupção voluntária da gravidez não punível e densificando o regime de exercício do direito individual de objeção de consciência, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 324/XVI/1.^a (BE) — Altera a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, sobre a exclusão de ilicitude nos casos de interrupção voluntária de gravidez, 403/XVI/1.^a (PCP) — Reforça os direitos das mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez e à sua autodeterminação (alteração ao Código Penal e segunda alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril), 405/XVI/1.^a (PAN) — Reforça o apoio dado às mulheres que recorrem à consulta prévia de IVG e densifica direito de objeção de consciência dos profissionais de saúde, procedendo à alteração à Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, 408/XVI/1.^a (CDS-PP) — Altera a Lei 16/2007, de 17 de abril, densificando o acesso à informação relevante das grávidas para a formação de uma decisão livre, consciente e responsável e reforçando o regime do exercício do direito individual de objeção de consciência dos médicos e demais profissionais de saúde, 410/XVI/1.^a (L) — Pelo alargamento do prazo da interrupção voluntária da gravidez e aprofundamento da Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, e 412/XVI/1.^a (CH) — Pela garantia de proteção à mulher grávida e ao nascituro em todas as fases e circunstâncias e o reforço da informação sobre redes de apoio e cuidados, bem como da apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 513/XVI/1.^a (PCP) — Cumprir o direito de acesso à interrupção voluntária da gravidez (IVG), 514/XVI/1.^a (L) — Recomenda a contratação de médicos e demais profissionais de saúde, não objetores, necessários para garantir o direito de acesso à interrupção voluntária da gravidez e 517/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a defesa da dignidade da vida humana intrauterina, apoio às famílias e à maternidade e paternidade vulneráveis.

Do segundo ponto constam as votações regimentais.

Boa noite e bom descanso.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.